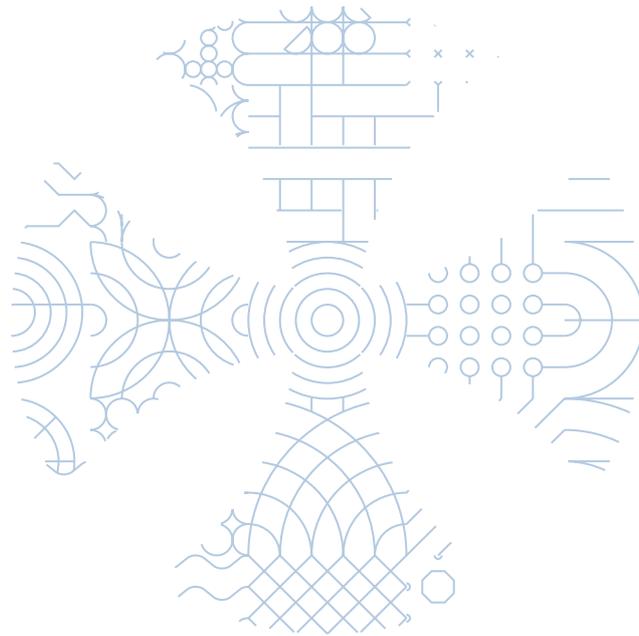
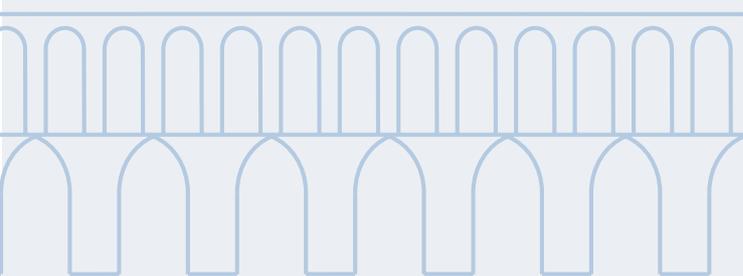
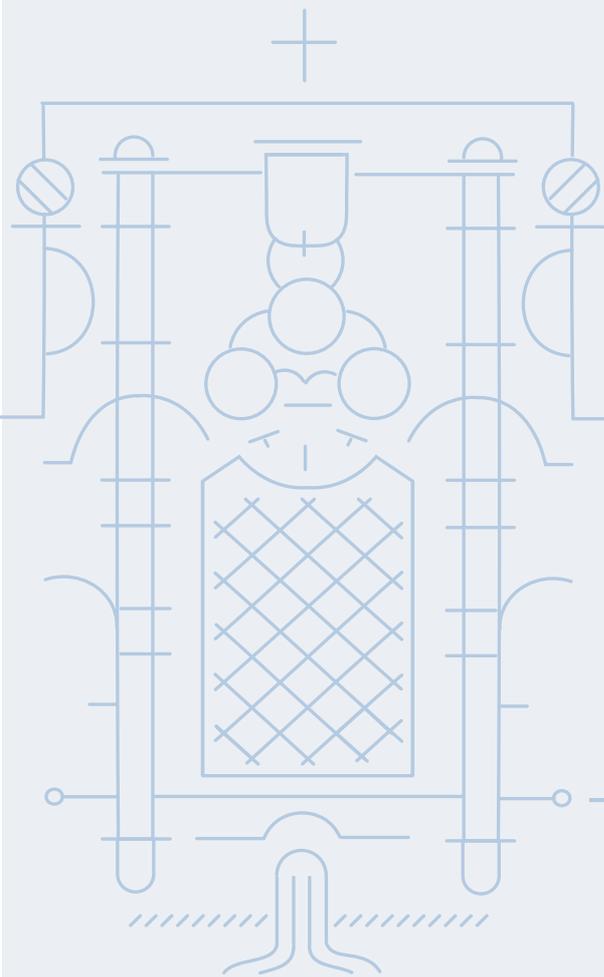
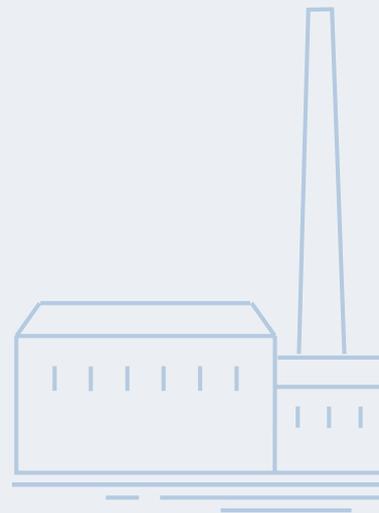


**GRANDES OPÇÕES DO PLANO
E ORÇAMENTO 2017**



“A força ganha, não por estar a ser exercida, mas sim por existir”

Joseph Schumpeter



ÍNDICE GERAL

pag.	
	PROPOSTA DE ORÇAMENTO
9	Introdução
9	Enquadramento
12	Entidades participadas
13	O contexto orçamental
13	A receita
17	A despesa
19	Resumo da receita e despesa
20	Situação económica e financeira
21	Objetivos
22	Fichas de programas e projetos com financiamento
27	RELATÓRIO DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS – ESTATUTO DA OPOSIÇÃO
37	GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
49	ORÇAMENTO DA RECEITA
63	ORÇAMENTO DA DESPESA
71	MAPA DE PESSOAL
	ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS
11	Figura 1 – Densidade populacional
14	Gráfico A - Gráfico A - Evolução do Orçamento Inicial da Receita
14	Gráfico B – Comparação da estrutura de receita entre Tomar e o País
16	Gráfico C – Receita proveniente do IMI
16	Gráfico D – Receita proveniente do IMT
17	Gráfico E – Comparação da estrutura da despesa entre o Tomar e o País
19	Gráfico F – Passivos Financeiros de 2013 a 2017
19	Gráfico G – Resumo da Receita e Despesa de 2017
	ÍNDICE DE QUADROS
10	Quadro I – Previsões Macroeconómicas para o ano de 2017
11	Quadro II - Evolução de alguns indicadores económicos e demográficos
12	Quadro III – Perímetro autárquico
15	Quadro IV – Orçamento inicial da Receita
18	Quadro V – Orçamento inicial da Despesa
19	Quadro VI – Resumo da Receita e Despesa
20	Quadro VII – Empréstimos bancários em curso
21	Quadro VIII – Objetivos

PARTE I

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

INTRODUÇÃO

Sendo este o 4.º orçamento do mandato, assume-se como um marco no ciclo que se atravessa e que, para além das metas atingidas, interessa finalizar projetos quase concluídos e dar continuidade aos programas que se preconizam para o Concelho de Tomar.

O ano de 2017 será marcante também por via do novo quadro comunitário designado por “Portugal 2020”, ao abrigo do qual se espera mobilizar recursos necessários a importantes investimentos de cariz social, cultural e de desenvolvimento económico.

As peças previsionais são preparadas e apresentadas no mesmo formato, e o seu desenvolvimento em idênticas linhas às que têm sido seguidas em anos anteriores, o que facilitará a comparabilidade e a análise por parte dos destinatários da informação.

O OM-Orçamento Municipal e GOP-Grandes Opções do Plano, discriminam e quantificam, especialmente na dimensão temporal, os principais objetivos e programas de ação para 2017 e anos seguintes.

Durante os últimos anos, as diminuições de receita, com todas as condicionantes orçamentais e financeiras, podem explicar-se fundamentalmente pelas adversidades ao desenvolvimento económico, pela falta de emprego qualificado e consequente perda de população jovem, assim como pela inexistência de fundos comunitários.

Neste ciclo de constante procura de equilíbrios de ordem financeira, económica e social, de racionalidade e de contenção orçamental, continua-se a canalizar os poucos recursos e a orientar políticas para a vertente social, bem-estar da população e desenvolvimento territorial, sendo estas as prioridades a que importa continuar a dar respostas.

ENQUADRAMENTO

O orçamento é um documento de cariz previsional onde estão refletidas e quantificadas as principais políticas e objetivos do ano a que respeita. É instruído com planos de curto e médio prazo, os quais englobam projetos plurianuais, onde se devem destacar as principais atividades a realizar. Assim, na preparação deste trabalho consideraram-se diferentes aspetos de natureza prospetiva e projeções macroeconómicas, as quais certamente contribuirão para a qualidade de informação que se pretende prestar aos legítimos destinatários.

PERSPETIVA LEGAL

O Dec-Lei 192/2015, de 11 setembro, permite antever mudanças importantes na Contabilidade Pública, nomeadamente com a aplicação de Normas Internacionais (IPSAS), e tem como forte objetivo resolver a fragmentação e inconsistências existentes, dotando as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais convergente, internacional e responsabilizador, estando prevista a sua entrada em vigor a partir do início de 2017.

O orçamento de 2017 é assim preparado à luz da legislação vigente, ou seja, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado através do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o qual determina as Grandes Opções do Plano e Orçamento como documentos previsionais obrigatórios a adotar pelas Autarquias Locais, sujeitos a elaboração e aprovação.

De acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano e a Proposta do Orçamento, para que esta a aprove nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25 daquele diploma.

A Lei 73/2013, de 3 setembro estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, cujo capítulo XIV estabelece as regras orçamentais e restrições. Evoca-se ainda a Lei 151/2015, de 11 de setembro, de enquadramento orçamental, em tudo o que se aplique à Administração Local.

PERSPETIVA ECONÓMICA

O FMI prevê que o PIB mundial cresça 3,1% em 2016 e 3,4% em 2017. Todavia, alguma literatura económica não descuidada a diminuição do grau de integração entre o Reino Unido e a União Europeia, a qual poderá ter repercussões económicas significativas.

Segundo o Boletim Económico do Banco de Portugal, de outubro de 2016, durante o corrente ano, a economia manteve alguns dos traços mais importantes que têm caracterizado a recuperação económica, embora o ritmo de crescimento tenha sido inferior ao observado em anteriores ciclos económicos. Aliás, as projeções para a economia portuguesa apontam para uma desaceleração do PIB, de 1,6% em 2015 para 1,1% em 2016. O crescimento do PIB em 2016 é claramente inferior ao projetado pelo BCE para a área do euro (1,7%)¹ e revela a persistência de constrangimentos estruturais idiossincráticos ao crescimento económico em Portugal.

Quadro I - Previsões Macroeconómicas para o ano de 2017

Principais Indicadores	FMI	OCDE	CE	BdP	MF
	out 2016	jun 2016	mai 2016	jun 2016	abr 2016
PIB (tcr %)	1,1	1,3	1,7	1,6	1,8
Consumo Privado (tcr %)	1,4	1,5	1,7	1,7	1,8
Consumo Público (tcr%)	0,6	0,3	0,4	0,4	-0,7
FBCF (tcr%)	2	1,2	4,9	4,3	4,8
Exportações (a) (tcr%)	3,4	3,8	5,1	4,7	4,9
Importações (a) (tcr%)	3,8	3,6	5,6	4,9	4,9
Balança Corrente (b) (tcr%)	-0,7	0,3	0,5	1,6	0,6
Taxa de Desemprego %	10,7	11,5	10,7	n.d.	10,9
Taxa de Inflação (C) (tcr%)	1,1	0,8	1,2	1,4	1,6
Dívida Pública (% PIB)	128,2	128,3	124,5	n.d.	122,3
Saldo do Setor Público (% PIB)	-0,3	-2,6	-2,3	n.d.	-1,4

Fontes: FMI; OCDE; CE; BdP; MF - Ministério das Finanças, Gabinete de Estratégia e Estudo do Ministério da Economia

Notas:

(a) bens e serviços

(b) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Capital

(c) Baseada no Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC)

n.d. - informação não disponível;

tcr - Taxa de crescimento real

FDCF - Formação Bruta de Capital Fixo

Em termos de projeção macro para o ano de 2017, recorreu-se às fontes mais credíveis, tal como se mostra no Quadro I.

Para o OGE de 2017 o Governo considerou nalguns indicadores, variações ligeiramente diferentes das que foram previstas em abril de 2016, tal como se depreende pelo facto de ter sido prevista uma taxa de crescimento do PIB na ordem de 1,5%, inferior à que tinha sido indicada em meados de 2016.

Da análise do conjunto de indicadores macro, haverá sempre alguns com mais influenciam na economia local, tais como; PIB, FBCF, Taxa de desemprego e Taxa de inflação.

Quanto ao Médio Tejo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020², indica que “... percorreu uma trajetória de divergência negativa (1995-2010) – afastamento dos níveis de vida médios do país – resultando numa inércia desfavorável face à descolagem das regiões convergentes. Este posicionamento está também vertido no afastamento expressivo da região no período 2007-2011 (-2 pontos), momento em que o Médio Tejo demonstrou menor resistência aos efeitos sistémicos da crise e à degradação da conjuntura económica (em 2011, é a 17.ª região com menor PIB per capita, com 78% da média nacional).”

1) O OGE para 2017 prevê um crescimento do PIB em 1,5%

2) Relatório de Augusto Mateus & Associados, março de 2014, p.158 Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020

O Concelho de Tomar continua a ser afetado pelos efeitos da crise, podendo a título demonstrativo indicar-se que em 2015, contribuiu em 1,14% do valor total de importações do Médio Tejo, tendo nas exportações esta relação sido de 3,55%, valores que dado o peso do Concelho noutras dimensões, tais como população, área geográfica, tecido empresarial, etc., se revelam bastante frágeis.

Quadro II - Evolução de alguns indicadores económicos e demográficos

Indicadores	Ano de 2001	Ano de 2011	Ano de 2014
População residente	42 915	40 497	38 833
Índice de envelhecimento	149,8	196,4	223,5
Empresas não financeiras(*)	n.d.	3 956	3 552
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (*)	n.d.	8 726	7 054
Desempregados inscritos nos centros de emprego	1 113	1 790	1 802
Despesas da Câmara Municipal por habitante	n.d.	774,10 €	535,70 €
Receitas da Câmara Municipal por habitante	n.d.	787,70 €	586,50 €

(*) - Os valores apresentados consideram as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. Exclui as actividades financeiras e de seguros, a Administração Pública e Defesa e a Segurança Social Obrigatória.

O Quadro II mostra a evolução de alguns indicadores de ordem social e económica do ano 2001 a 2014, donde se pode destacar a diminuição das despesas e receitas do Município por habitante.

PERSPETIVA SOCIAL

O Boletim Económico do BP (Op. cit.), indica que na primeira metade de 2016 continuou a observar-se uma redução da população residente e da população ativa, que registaram quedas de 0,3 e 0,7%, respetivamente. Esta evolução mantém a tendência de queda observada desde 2011. No grupo etário com idades dos 25 aos 34 anos, a população residente diminuiu 2,7%, enquanto a população ativa registou uma diminuição de 2,9%. Estas quedas são, ainda assim, menos acentuadas do que aquelas observadas nos últimos anos.

A perda e o envelhecimento da população, assim como outros fenómenos demográficos transversais ao interior do país, assumem-se atualmente como demasiado preocupantes e reclamam novas soluções para novos e velhos problemas. Aliás, na esteira do pensamento de Helena Gonçalves, Prof da Católica Porto Business School, há emergentes preocupações que devem ser consideradas no “reporting não financeiro, prevendo-se que em 2025 metade da população venha a ser obesa e 2 em cada 3 cidadãos viverão em grandes cidades”, realidades que não podem passar despercebidas à governação central e local.

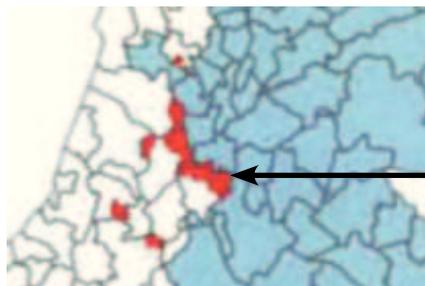


Fig.1- Densidade populacional

TOMAR

O enfraquecimento da economia, os fenómenos migratórios e o índice de envelhecimento, são variáveis com elevada correlação e que afetam mais os territórios do interior do país. Aliás, a Fig.1 mostra um recorte da zona centro do país, assinalando a azul os concelhos considerados de baixa densidade populacional e a vermelho as freguesias de baixa densidade situadas em concelhos de média ou alta densidade populacional.

Acerca de fenómenos demográficos com forte impacto social, económico e político, deve haver uma profunda reflexão e serem implementadas medidas ativas de mitigação das consequências, avocando-se por isso como cada vez mais importantes, as políticas orientadas para a vertente social e para a interação entre espaços rurais e urbanos, onde a tradição, a cultura e restante património, se assumem como âncoras de desenvolvimento e de continuidade.

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Um dos requisitos a que o orçamento deve responder e dar a conhecer é o mapa das entidades participadas, identificadas pelo respetivo número fiscal, incluindo a percentagem de participação e correspondente valor.

O grupo autárquico engloba entidades com as quais se consolidam contas, dada a influência dominante na participada. Nos termos da LFL, Portaria 474/2010 e Orientação 1/2010, de 1 de julho as entidades que consolidam são os SMAS e a Escola Profissional.

Os SMAS, detidos a 100%, consolidam pelo método da Integração/Agregação enquanto que a Escola Profissional, com uma participação de 50%, consolida pelo método da equivalência patrimonial.

Já para efeito de endividamento, as entidades que relevam são os SMAS, a Resitejo, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Mosteiros de Portugal.

Assim, o conjunto de entidades que constitui o grupo autárquico é o que consta no Quadro III.

Quadro III - Perímetro autárquico

Entidades Societárias Participadas	Identificação Fiscal	Percentagem de Participação	Valor da Participação
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar	680039457	100,00	5 169 906,58 €
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	0,83	1 396 570,05 €
Tomarpolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, S.A.	506018776	40,00	973 000,00 €
Ribacarne - Matadouro Regional do Ribatejo Norte, S.A.	501611835	2,09	75 000,00 €
Município, S.A (participação indireta)	504475606	0,0038	1 389,49 €
DET - Desenvolvimento Económico e Tecnológico	503527823	0,33	2 500,00 €
Tagusgás - Empresa do Gás do Vale do Tejo, S.A.	503956538	0,10	4 850,00 €
Ensino Profissional de Tomar - E.P.T., Lda	504699326	50,00	278 759,08 €
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	513319182	0,16	1 022 879,91 €

Entidades Não Societárias	Identificação Fiscal	Percentagem de Participação
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	502690267	12,50
AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão	503875970	2,52
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	0,01
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,32
APMCH - Associação Portuguesa de Municípios do Centro Histórico	502131047	0,01
CIMT- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	502106506	10,25
Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	503914096	18,58
Médio Tejo 21 - Agência Reg. Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	508993628	8,24
ASTAQ do Médio Tejo - Associação de Serviços Técnicos de Apoio à Qualidade	506652718	33,33
MPH - Mosteiros de Portugal Associação das Cidades com Mosteiros Património da Humanidade	509481612	33,33
Rede de Judiarias de Portugal	509801811	3,06

O CONTEXTO ORÇAMENTAL

As mudanças de paradigma social, económica e tecnológica, são transversais às grandes cidades e ao interior, onde o poder local tem que continuar a garantir a satisfação dos legítimos anseios da população, cumprindo assim a função de combinar cultura, arte, educação e desenvolvimento empresarial, em ambientes atraentes e geradores de riqueza. A tecnologia, a velocidade e o alcance da informação, as redes sociais, o teletrabalho, etc., fazem emergir novas formas de viver e de conviver, surgindo as denominadas Smart Cities, modelos com novas soluções urbanas, inovadores e mais sustentáveis. Todavia, aparecem também novos problemas relacionados com terrorismo, migrações, pandemias, insegurança, desemprego, desigualdade, etc., desafios estes que carecem de um constante repensar e formulação de novas e eficazes respostas.

A coesão e interação social, assim como a participação política de cidadãos informados e no seu pleno exercício de cidadania, a par da crescente responsabilização do poder local, serão certamente linhas de força que permitem suplantar estes desafios do presente e do futuro.

É neste ambiente sociopolítico e em contexto de mudança que sempre se exige maior capacidade de resiliência. Para além disso, a elevada imprevisibilidade e constante necessidade de adaptação dos escassos recursos, torna cada vez mais complexa a preparação de planos e peças previsionais, devendo por isso serem adotados critérios robustos de racionalidade e realismo.

A decisão de aplicar recursos na medida e no momento adequado, nos projetos que permitem atingir objetivos estratégicos, implica uma boa perceção da organização, dos anseios da população a quem serve e da própria envolvente. Acima de tudo, interessa que se atinjam resultados com explícito valor para os cidadãos. “

Apesar dos elevados passivos herdados de mandatos anteriores e da necessidade de arrecadação de receita, foi decisão imediata dos órgãos municipais em desagravar impostos, devolvendo assim á população consideráveis valores. Manteve-se a taxa de IMI no patamar inferior e, para além disso, desagravou-se ao máximo esta taxa de imposto para famílias com 1 dependente ou mais. Para 2017 reiterou-se essa decisão, agora em valor absoluto e de forma mais progressiva.

Manteve-se a isenção de derrama para as empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00€, tendo em vista maiores incentivos ao investimento privado e em especial a pequenas e médias empresas.

Continuam a isentar-se de taxas, alguns eventos de especial interesse para o Concelho, prática que tem vindo a ser seguida, embora sempre sujeita a decisões pontuais por parte da Câmara.

Implementaram-se medidas de contenção na despesa, com exceção nas transferências para a Juntas de Freguesia e para apoios sociais que aumentaram significativamente.

Com estas premissas, o OM e GOP foram preparados com a possível flexibilidade e abrangência, de modo a acomodar eventuais programas que se esperam venham a ser financiados pelo “Portugal 2020”.

A RECEITA

Com a entrada em vigor da Lei 73/2013, de 3 de setembro, atual LFL-Lei das Finanças Locais, são impostas restrições e regras de equilíbrio na preparação dos orçamentos e objetivos na taxa de execução da receita³, havendo alertas para o eventual incumprimento, isto com o óbvio propósito de limitar a despesa por via das regras de equilíbrio.

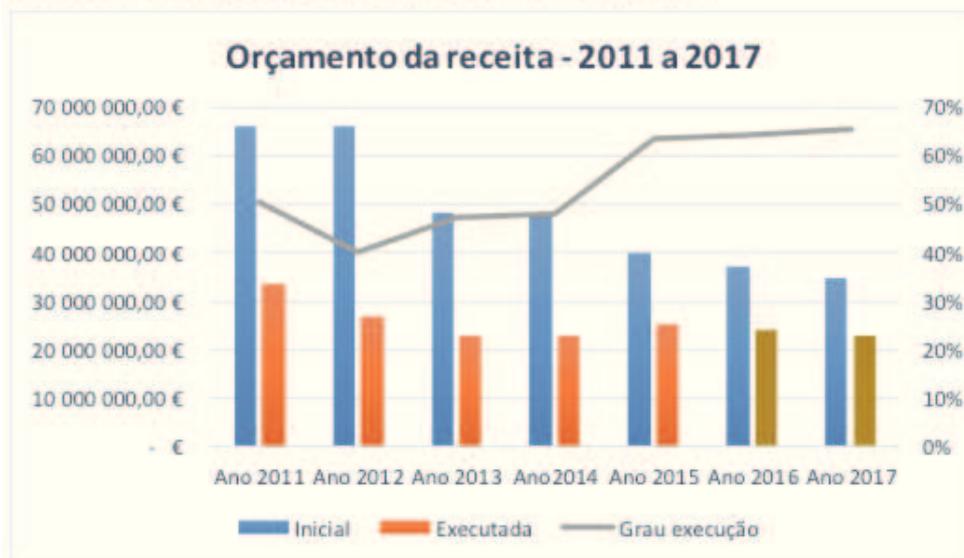
As próprias Leis de Orçamento do Estado têm introduzido restrições, quer diretamente na despesa quer em matéria de competência para as autorizar, nomeadamente com a redução remuneratória e com o parecer prévio vinculativo, etc.

3) n.º 3 do art.º 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, prevê que ficam em situação de alerta os municípios de durante 2 anos seguidos tenham uma taxa de execução inferior a 85%.



De 2011 para 2017 o orçamento inicial diminuiu quase 47% numa trajetória de aproximação à realidade, que se explica pela significativa diminuição das receitas de capital e de haver maior disciplina na preparação das peças previsionais. O facto de se exercer maior controlo sobre a execução e maior consciência para a o cumprimento das normas, levam a que a execução anual se aproxime daquele que é o desígnio nacional, e que se cifra em 85%.

Gráfico A - Evolução do Orçamento Inicial da Receita



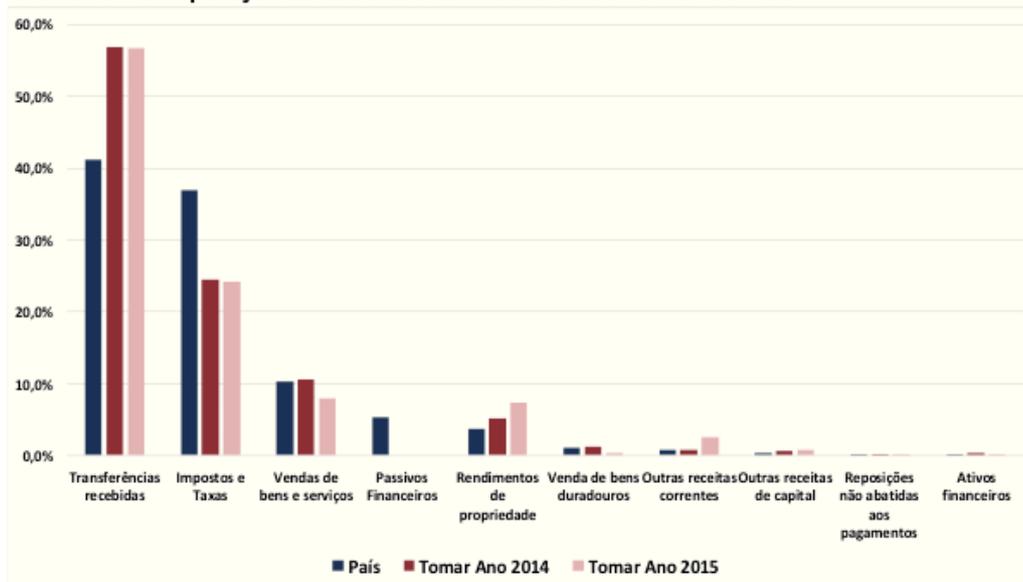
O gráfico mostra a evolução do orçamento inicial da receita desde 2011, verificando-se a tendência de crescimento da taxa de execução o que denota maior aproximação entre o orçamentado e o realizado. Salienta-se, no entanto, que a execução de 2016 foi estimada para o 4.º trimestre e a de 2017, por prudência, estimou-se um decréscimo de 3,7% face a 2016.

A receita proveniente da participação nos impostos do Estado, nomeadamente com origem no FEF, FSM e IRS, representa cerca de 44%, da receita corrente arrecadada, enquanto que o IMI, IUC, IMT e Derrama, são fontes que representam cerca de 25%. Permite por isso concluir que os impostos e transferências do Estado, assumem 69% da receita corrente, o que denota um elevado grau de dependência.

A comparação da estrutura da receita entre a generalidade dos municípios e de Tomar, durante os anos de 2014 e 2015, permite concluir acerca da maior dependência das transferências, enquanto que as receitas provenientes de Impostos e Taxas, são relativamente bastante menores do que as verificadas no país

Pode comparar-se e analisar a evolução das várias categorias de receita e de despesa, cujas dotações se inscreveram no orçamento inicial. Verifica-se uma ligeira subida na previsão das receitas correntes e o inverso nas receitas de capital.

Gráfico B - Comparação da estrutura da Receita entre Tomar e o País



Quadro IV - ORÇAMENTO INICIAL Do ano de 2013 a 2017

Receitas Correntes	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017
Impostos diretos	4 978 256,00 €	5 581 638,00 €	5 040 626,00 €	5 037 000,00 €	5 264 200,00 €
Impostos Indiretos	1 219 383,00 €	1 930 955,00 €	197 218,00 €	308 500,00 €	556 000,00 €
Taxas Multas e Penalidades	411 069,00 €	876 438,00 €	478 891,00 €	657 500,00 €	605 000,00 €
Rendimentos de propriedade	2 573 000,00 €	3 676 660,00 €	5 503 000,00 €	5 414 000,00 €	4 550 000,00 €
Transferências Correntes	10 821 830,00 €	11 632 879,00 €	12 395 194,00 €	12 767 646,00 €	13 221 401,00 €
Vendas de bens e Serv. Correntes	5 290 000,00 €	6 209 100,00 €	6 212 532,00 €	6 521 000,00 €	5 921 000,00 €
Outras Receitas Correntes	790 000,00 €	811 000,00 €	1 328 000,00 €	730 000,00 €	675 000,00 €
Total Receitas Correntes	26 083 538,00 €	30 718 670,00 €	31 155 461,00 €	31 435 646,00 €	30 792 601,00 €
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	7 093 000,00 €	8 030 000,00 €	3 806 000,00 €	3 628 000,00 €	55 000,00 €
Transferências de capital	10 810 852,00 €	5 647 330,00 €	4 985 385,00 €	1 787 000,00 €	5 340 583,00 €
Ativos Financeiros	54 000,00 €	72 000,00 €	21 000,00 €	28 000,00 €	- €
Passivos Financeiros	3 606 610,00 €	20 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	- €
Outras Receitas de Capital	502 000,00 €	260 000,00 €	3 000,00 €	152 000,00 €	175 000,00 €
Reposições não abatidas paga/	10 000,00 €	10 000,00 €	1 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €
Total Receitas de Capital	22 076 462,00 €	14 039 330,00 €	8 818 385,00 €	5 612 000,00 €	5 585 583,00 €
Total das Receitas	48 160 000,00 €	44 758 000,00 €	39 973 846,00 €	37 047 646,00 €	36 378 184,00 €
Despesas Correntes					
Despesas com pessoal	9 500 000,00 €	10 011 460,00 €	11 464 770,00 €	11 893 770,00 €	11 800 270,00 €
Aquisição de bens e serviços	10 387 521,00 €	10 395 000,00 €	9 081 950,00 €	8 145 100,00 €	8 682 100,00 €
Juros e outros enc. Financeiros	1 255 500,00 €	1 885 445,00 €	2 626 100,00 €	2 109 750,00 €	608 500,00 €
Transferências correntes	1 566 300,00 €	1 967 500,00 €	2 052 000,00 €	1 527 000,00 €	1 557 000,00 €
Subsídios	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €
Outras despesas correntes	1 375 100,00 €	477 300,00 €	368 100,00 €	246 600,00 €	244 100,00 €
Total das Despesas Correntes	24 084 621,00 €	24 736 905,00 €	25 593 120,00 €	23 922 420,00 €	22 892 170,00 €
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	20 454 079,00 €	16 789 650,00 €	11 275 500,00 €	9 802 000,00 €	10 135 188,00 €
Transferências de capital	981 500,00 €	489 500,00 €	716 300,00 €	976 300,00 €	1 313 000,00 €
Activos Financeiros	500,00 €	500,00 €	146 626,00 €	146 626,00 €	146 626,00 €
Passivos Financeiros	2 639 000,00 €	2 741 145,00 €	2 242 000,00 €	2 200 000,00 €	1 891 000,00 €
Outras despesas de capital	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	200,00 €
Total das Despesas de capital	24 075 379,00 €	20 021 095,00 €	14 380 726,00 €	13 125 226,00 €	13 486 014,00 €
Total das Despesas	48 160 000,00 €	44 758 000,00 €	39 973 846,00 €	37 047 646,00 €	36 378 184,00 €

PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA

O IMI é uma das principais fontes de receita que desde 2012 revelava crescimento, tendo-se invertido essa tendência a partir do ano de 2015. Em 2016 haverá uma diminuição em cerca de 300.000,00, podendo ainda haver lugar à devolução de juros de mora cobrados pela Autoridade Tributária aos contribuintes e que não têm sido pagos ao Município.

O Concelho de Tomar é, por deliberação da Assembleia Municipal, dos que aplica a taxa de 0,35% que é das mais baixas, tendo ainda concedido a redução para agregados familiares com dependentes, a qual sendo atualmente em valor absoluto e progressivo, traduzir-se-á num decréscimo na receita para 2017 e seguintes.⁴

Dos impostos diretos o único que parece ter invertido a tendência de diminuição, é o IMT, para o qual se estima uma subida.

Gráfico C - Receita proveniente do IMI - 2012 a 2016

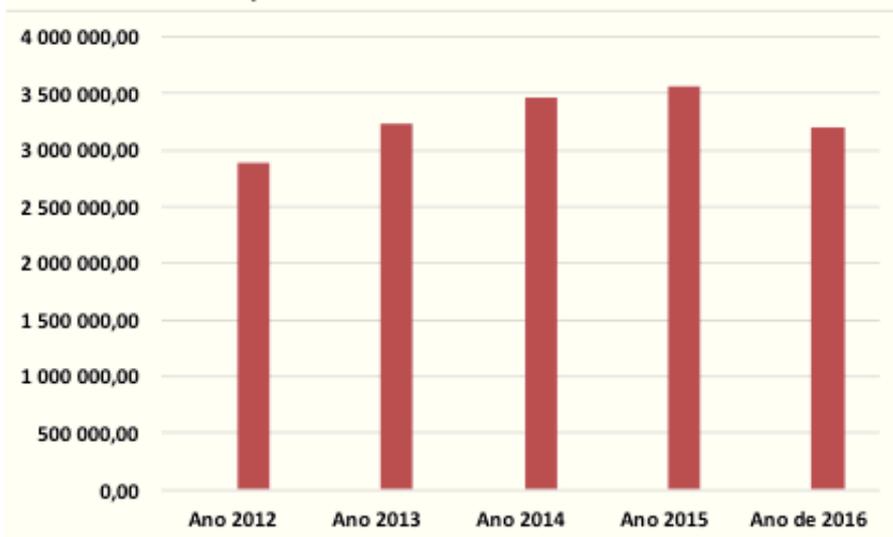
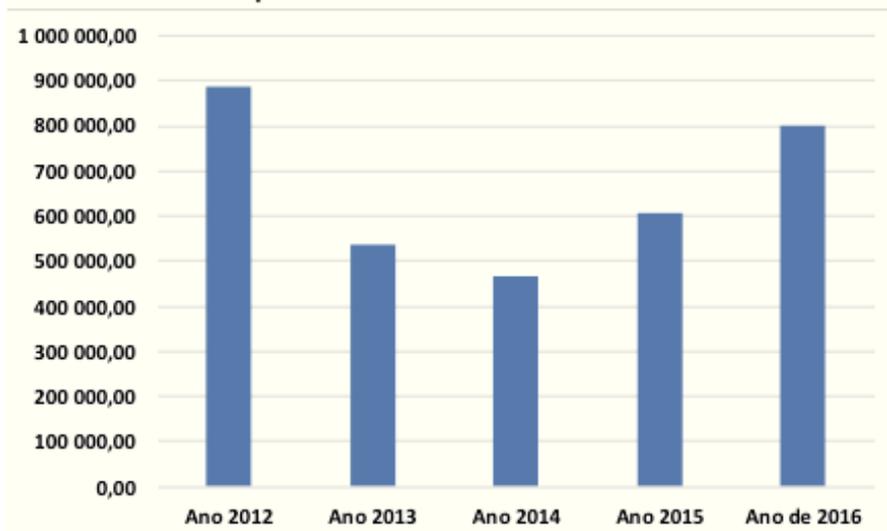


Gráfico D - Receita proveniente do IMT- 2012 a 2016



4) Nos termos do n.º 6 do art.º 112-A do CIMI, a informação disponibilizada pela AT e relativa ao número de agregados familiares com um, dois, três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial deste Município, permite concluir que a dedução em valor absoluto e progressivo de 20,00€, 40,00 € e 70,00 € para um, dois e três ou mais dependentes, respetivamente, pode ter um impacto de diminuição de receita, face à modalidade de dedução em valor relativo de 10%, 15% e 20% que estava em vigor.

Destacam-se as transferências de capital com o valor de 5,34 Milhões, aquela em que se classificam as receitas provenientes do financiamento do **Portugal 2020**.

Nas receitas de capital, rubrica “Venda de bens de capital” destaca-se a dotação prevista para 2017, comparativamente com anos anteriores, cuja taxa de execução tem sido insignificante, sendo por isso imperativo ajustá-la à realidade. Aliás, há indicação no art.º 72.º do OGE no sentido de limitar a dotação à média executada dos últimos 36 meses.

Estando previsto iniciar-se ainda em 2016 processos de alienação em hasta pública de vários imóveis com e sem edificado, há uma elevada probabilidade de em 2017 da taxa de execução desta rubrica exceder 300%. Todavia, não existem ainda contratos firmados que nos permitam recorrer à exceção prevista no n.º 2 do art.º supra referido.

A DESPESA

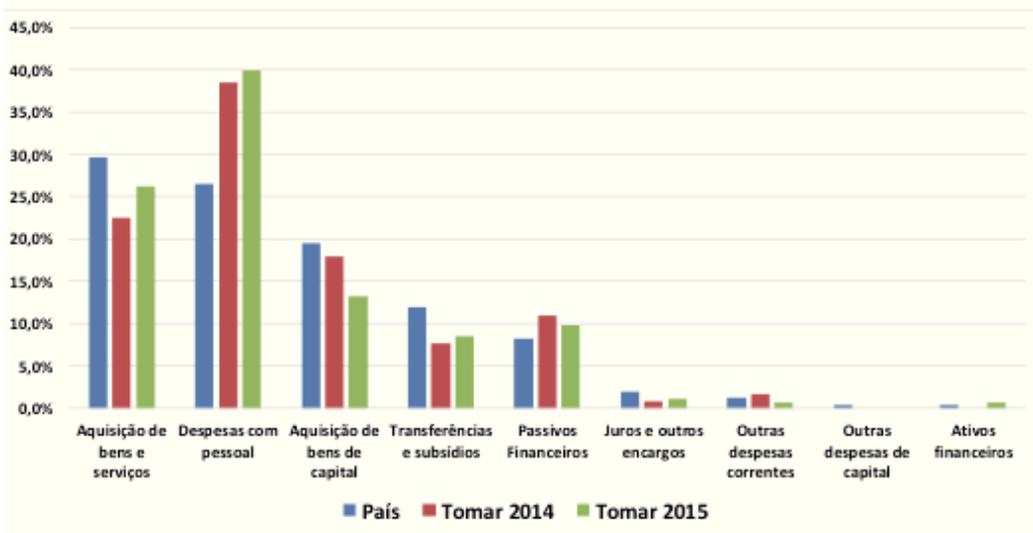
Na estrutura da despesa, os custos com pessoal assumem 32,8% do orçamento inicial e 50% da receita executada, o que revela a rigidez e o peso desta categoria de despesa no orçamento.

Com a aquisição de bens e serviços, assume maior importância o fornecimento de serviços externos, donde se destacam os encargos com as instalações, nomeadamente com os consumos de energia elétrica e água, os transportes escolares e ainda a rubrica de “outros serviços” por onde são movimentos os consumos de energia elétrica com a iluminação pública.

Nas transferências para as Juntas, tituladas por Acordos de Execução e por Contratos Interadministrativos, face a 2016 prevê-se um aumento de 10% e 15%, respetivamente. Nestas transferências corrente e de capital, estão incluídos os Acordos de Execução, Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, Apoio ao Associativismo, programas diversos e protocolos com outras entidades. Verifica-se ainda uma redução com juros e outros encargos financeiros, tal como acontece com as amortizações dos 15 empréstimos a decorrer

Na estrutura da despesa verifica-se que comparando com a generalidade dos municípios portugueses as despesas com pessoal assumem valores acima dos níveis médios, contribuindo para esta situação o facto de estarem a ser pagos retroativos relativos à reclassificação e a rubrica incluir a dívida à ADSE.

Gráfico E - Comparação da estrutura da Despesa entre Tomar e o País



Quadro V - ORÇAMENTO INICIAL

Do ano de 2013 a 2017

Despesas Correntes	Ano de 2013	Ano 2014	Ano de 2015	Ano 2016	Ano 2017
Despesas com pessoal	9 500 000,00 €	10 011 460,00 €	11 464 770,00 €	11 893 770,00 €	11 800 270,00 €
Aquisição de bens e serviços	10 387 521,00 €	10 395 000,00 €	9 081 950,00 €	8 145 100,00 €	8 682 100,00 €
Juros e outros enc. Financeiros	1 255 500,00 €	1 885 445,00 €	2 626 100,00 €	2 109 750,00 €	608 500,00 €
Transferências correntes	1 566 300,00 €	1 967 500,00 €	2 052 000,00 €	1 527 000,00 €	1 557 000,00 €
Subsídios	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €
Outras despesas correntes	1 375 100,00 €	477 300,00 €	368 100,00 €	246 600,00 €	244 100,00 €
Total das Despesas Correntes	24 084 621,00 €	24 736 905,00 €	25 593 120,00 €	23 922 420,00 €	22 892 170,00 €
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	20 454 079,00 €	16 789 650,00 €	11 275 500,00 €	9 802 000,00 €	10 135 188,00 €
Transferências de capital	981 500,00 €	489 500,00 €	716 300,00 €	976 300,00 €	1 313 000,00 €
Activos Financeiros	500,00 €	500,00 €	146 626,00 €	146 626,00 €	146 626,00 €
Passivos Financeiros	2 639 000,00 €	2 741 145,00 €	2 242 000,00 €	2 200 000,00 €	1 891 000,00 €
Outras despesas de capital	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	200,00 €
Total das Despesas de capital	24 075 379,00 €	20 021 095,00 €	14 380 726,00 €	13 125 226,00 €	13 486 014,00 €
Total das Despesas	48 160 000,00 €	44 758 000,00 €	39 973 846,00 €	37 047 646,00 €	36 378 184,00 €

Dar-se-á continuidade às medidas de contenção da despesa, aplicando critérios de prioridade, racionalidade e sentido de economia em todos os processos que impliquem a assunção de responsabilidades e compromissos, havendo um permanente planeamento dos recursos de forma a atingir o pleno equilíbrio financeiro.

Perante orçamentos de valores cada vez mais baixos, com maiores dificuldades em responder às legítimas preocupações da população, o orçamento de 2017 continua a canalizar recursos para as Freguesias, com ênfase na beneficiação de áreas rurais, para a coesão social, nomeadamente com a beneficiação e atribuição de habitações a famílias mais carenciadas.

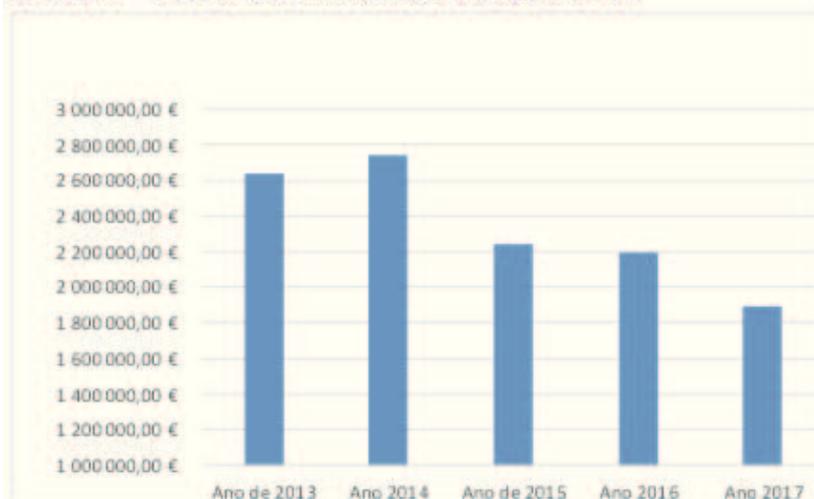
As despesas com pessoal que têm vindo a crescer a um ritmo sustentado, estima-se que estabilizem, admitindo-se até ligeira descida, dado que haverá maior contenção em suplementos, turnos, horas, etc. Sublinha-se no entanto, o crescimento da rubrica que acomoda as despesas com o pagamento das senhas de presença e outros custos relacionados com as Reuniões de Câmara, pelo facto das reuniões passarem a ser semanais.

A diminuição da dotação na rubrica de juros e outros encargos resulta do Acordo de Regularização de Dívida com um único credor, a ParqT, formalizado, homologado e transitado em julgado, o qual permite estruturar a pesada dívida que pelo menos desde 2012 tem impendido sobre o passivo de curto prazo, com elevados custos financeiros de financiamento, com insustentável peso e prejuízo no apuramento de Fundos Disponíveis, vem permitir para 2017 melhorar a performance do orçamento e gerir com mais eficiência a sua execução.

Nos passivos financeiros está refletida a despesa com a amortização dos empréstimos a decorrer, a qual tem vindo a diminuir ficando em 2017 aquém dos 2 Milhões, tal como se pode verificar no gráfico F.

O PPI-Plano Plurianual de Investimentos, que engloba os projetos financiados pelo Portugal 2020 e outros não financiados, tem um impacto nas rubricas de aquisição de bens de capital que representa mais de 10 Milhões. Isto é, se fosse retirado do orçamento a dotação prevista para projetos financiados, o mesmo alinhar-se-ia com desígnio de execução de 85% e uma redução de 40% face à média dos orçamentos dos últimos 6 anos.

Gráfico F - Passivos Financeiros de 2013 a 2017



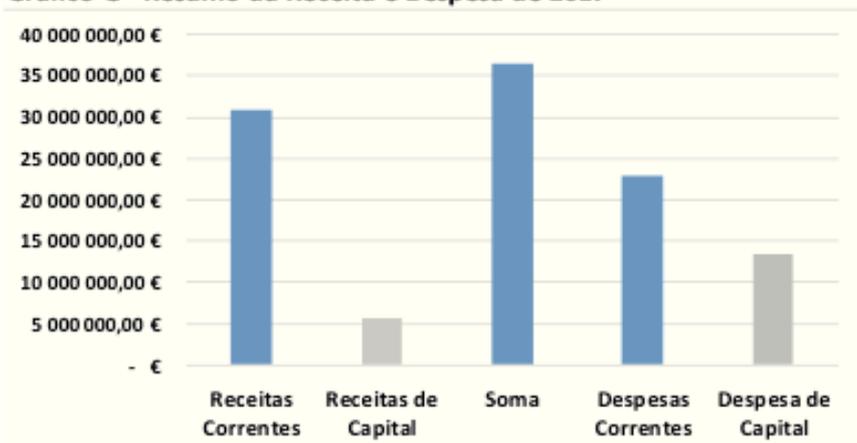
RESUMO DA RECEITA E DESPESA

Analisando e comparando as receitas correntes com despesas correntes, assim como as receitas de capital com as despesas de capital, verifica-se que se cumpre uma das condições fulcrais que é o facto de não serem aplicadas receitas de capital em despesas correntes.

Quadro VI - Resumo da Receita e Despesa

Descrição	Valor
Receitas Correntes	30 792 601,00 €
Receitas de Capital	5 585 583,00 €
Soma	36 378 184,00 €
Despesas Correntes	22 892 170,00 €
Despesa de Capital	13 486 014,00 €
Soma	36 378 184,00 €

Gráfico G - Resumo da Receita e Despesa de 2017



O OM perfaz assim o montante de 36.378.184,00, um decréscimo de 1,8% face a 2016, e em que as GOP totalizam 13.995.752,00, ou seja, um acréscimo de 10,7% comparando com 2016. Os projetos financiados representam 36% das despesas de capital e 13,3 % do orçamento global. Isto é, subtraindo o valor dos projetos ao abrigo do Portugal 2020, o orçamento situar-se-ia em 31.521.890,00 €.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Embora se devam destacar os aspetos adequados à contabilidade previsional, importa também elencar e quantificar as principais massas do passivo que transitam para 2017 e que estão contemplados no orçamento.

O FAM foi contabilizado em sete anuidades, estando prevista amortização da terceira no valor de 146.126,00 € e para anos futuros 584.504,00€

Quanto aos empréstimos bancários e serviço da dívida, discriminam-se os quinze empréstimos a decorrer onde consta o valor da amortização em 2017, a qual perfaz 1.889.325,38€.

Quadro VII - Empréstimos bancários em curso

Finalidade do empréstimo	Amortização 2017
Financiamento de investimentos incluídos no Plano de Actividades	92 113,25 €
Empréstimo saneamento financeiro	227 441,34 €
Rep. danos em equip. e infraest. Municipais da linha de crédito criada ao abrigo do D.L.38-C/01 de 08-Fev.(Parte Bonif.)	140 111,35 €
Rep. danos em equip. e infraest. Municipais da linha de crédito criada ao abrigo do D.L.38-C/01 de 08-Fev.(Parte Não Bonif.)	265 536,26 €
Complementar às candidaturas não aprovadas na medida 1.6	102 486,45 €
Complementar às candidaturas aprovadas e não homologadas na medida 1.6	160 266,58 €
Complementar a candidaturas aprovadas no âmbito do QCAIII	77 957,14 €
Complementar para obras do 2.º triénio do QCA III	37 442,17 €
Ampliação e Remodelação do Pavilhão Municipal	55 368,44 €
Complementar a obras candidatas	54 315,39 €
Complementar a conservação corrente da rede viária	71 817,40 €
Contrato Programa Intempéries 2006 (Deliberação da A.M. 31.10.2008 e da C.M.T. em 14.10.2008)	34 731,37 €
Componente não Excepcionada (Deliberação da A.M. de 31.10.2008 e da C.M.T. em 14.10.2008)	142 082,72 €
PREDE_DGT	399 322,20 €
Rede Escolar	28 333,32 €
Total	1 889 325,38 €

O balancete do final do 3.º trimestre permite antever uma situação bastante mais favorável nos principais indicadores de cariz financeiro, nomeadamente, no Fundo de Maneio e, como corolário, na Tesouraria, esperando-se que a dívida de curto prazo diminua significativamente face ao exercício de 2015.

OS PROGRAMAS E ORÇAMENTO

Em orçamentos anteriores encontram-se refletidas algumas linhas de atuação estratégica às quais se pretende dar continuidade. Consideram-se prioritários os aspetos de ordem social, com elevado o centralismo nas pessoas, o gerar condições de atratividade e de bem-estar em áreas urbanas e rurais, formulando políticas que visem reter população e que promovam fluxos de entrada.

As GOP são assim o suporte programático de uma estratégia e de planeamento, onde se encontram discriminados e quantificados os principais projetos e atividades de relevância no curto e médio prazo.

O Quadro VIII mostra os principais objetivos, respetivas áreas de atuação e medidas.

Quadro VIII - Objetivos

Objetivos	Áreas de atuação	Medidas/Ações
Coesão Social	Habitação Social	Novas Tipologias de habitação
		Recuperação de Imóveis Degradados
	Solidariedade	Apoios e atribuição de bolsas
		Apoios a arrendamento Outros apoios a situações de carência
Desenvolvimento Urbano e Económico	Regeneração Urbana	Promoção turística
		Requalificação de espaços públicos
		Requalificação de equipamento (Sinagoga)
		Eventos diversos de natureza cultural
		Mercados, Feiras e Mostras
	Património	Estudos de Conservação dos Pegões Ruínas Romanas
Proteção Civil	Instalações	Beneficiação das instalações - Quartel Bombeiros
	Equipamento	Aquisição de ambulâncias Aquisição de carros de combate a incêndios
Gestão e Equilíbrio das Contas	Gestão Financeira e Orçamental	Cumprimento de objetivos orçamentais e redução dos pagamentos em atraso
		Negociação e regularização de dívidas de anos anteriores e em litigância
		Permanente monitorização e atuação sobre indicadores
		Gestão e Planeamento de Tesouraria
	Centralização de Processos de Aquisição	Planeamento e agregação de pedidos
		Pesquisa de mercado e concorrência nos processos aquisitivos Publicitação de processos de compra e resultados Negociação de contratos e de fornecimentos

FICHAS DE PROGRAMAS E PROJETOS COM FINANCIAMENTO

PEDU

PI	Designação	Investimento Total	2017	Seguintes	
04.05	Tomar ciclável	400.000€	140.000€	260.000€	Projeto e lançamento empreitada
06.05	Requalificação Varzea Grande	765.000€	400.000€	365.000€	Projeto e lançamento empreitada
	Requalificação espaço publico Av# Nuno Álvares	588.000€	80.000€	508.000€	Projeto
	Reabilitação Convento São Francisco	600.000€	150.000€	450.000€	Projeto
	Mobiliário Urbano e sinalética	100.000€	100.000€		
	Complexo da Levada	751.000€	300.000€	451.000€	Projeto e lançamento empreitada
	Requalificação paisagística e funcional envolvente ao mercado municipal	471.000€	200.000€	271.000€	Projeto e lançamento empreitada
	Valorização vestígios ocupação romana	400.000€	200.000€	200.000€	Aquisição terrenos e lançamento empreitada
	Requalificação espaço publico do flecheiro	1.574.000€	140.000€	1.434.000€	Projeto
	Requalificação espaço envolvente à Sinagoga	300.000€	100.000€	200.000€	Projeto e lançamento empreitada
09.08	Realojamento de famílias em habitações municipais existentes	1.811.000€	600.000€	1.211.000€	
	TOTAL PEDU		2.410.000€		

POSEUR

PI	Designação	Investimento Total	2017	Seguintes	Observação
	Reabilitação Quartel dos Bombeiros	330.000€	330.000€		
	Aquisição Viatura Florestal Combate a Incendios	210.000€			Apenas se candidatura aprovada
	Aquisição Viatura Tanque Tatico Florestal	230.000€			Apenas se candidatura aprovada

ITI

PI	Designação	Investimento Total	2017	Seguintes	
2.3	Medio Tejo on-line - Gestão relacionamento com o municiple	100.000€	100.000€		Projeto intermunicipal
4.3	Eficiência Energetica em edificios publicos - Piscinas	250.000€	250.000€		
	Eficiencia energetica em iluminação publica	250.000€	10.000€	240.000€	Dependente do contrato com EDP
6.3	Reabilitação e beneficiação da Sinagoga	200.000€	200.000€		
	Intervenção no Aqueduto dos Pegões	450.000€	400.000€	50.000€	
10.5	Centro Escolar da Linhaceira	1.500.000€	500.000€	1.000.000€	
8.3 e 8.8	Apoio à criação de Emprego e criação de empresas	<i>Sistema de incentivos</i>			Projeto intermunicipal
9.4	Envelhecimento activo no Medio Tejo				Projeto intermunicipal
10.1	Plano Integrador e Inovador de Combate ao Incusso e Abandono Escolar				Projeto intermunicipal
Aviso 14-2016-03	Cultura em Rede		60.000€		Projeto intermunicipal
	TOTAL ITI		1.520.000€		

PDR

PI	Designação	Investimento Total	2017	Seguintes	Observação
8.1.4	Estabilização de terrenos após incendio	117.000€			Candidatura já aprovada

LUGARES DE PATRIMÓNIO

PI	Designação	Investimento Total	2017	Seguintes	Observação
TcP	Candidaturas ao Turismo Centro de Portugal para ações imateriais	500.000€	300.000€	200.000€	

OUTRAS CANDIDATURAS

PI	Designação	Investimento Total	2017	Seguintes	Observação
	Areas de localização empresarial	2.500.000€			Apenas se candidatura aprovada



PARTE II

**RELATÓRIO DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS
PARA O ORÇAMENTO DE 2016 AO ABRIGO
DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO**



RELATÓRIO DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA O ORÇAMENTO DE 2017 AO ABRIGO DO ESTATUTO DE OPOSIÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio, no artigo 1º, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais.

De acordo com a referida Lei, entende-se por “oposição” (artº 2º), a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos supracitados órgãos. O Direito à oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na Lei.

Nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, e no caso das Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição:

- a) os partidos políticos representados no órgão deliberativo – Assembleia Municipal – que não estejam representados no órgão executivo – Câmara Municipal;
- b) os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;
- c) os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores.

2. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Considerando o caso particular do Município de Tomar, tendo em consideração que o Partido Socialista e a Coligação Democrática Unitária, são as duas forças políticas representadas na Câmara Municipal, com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, são então titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de maio;

- a) Partido Social Democrata (PPD/PSD), representado na Assembleia e na Câmara Municipal;
- b) Movimento de Cidadãos “Independentes por Tomar” (IpT), representado na Assembleia e na Câmara Municipal;
- c) Bloco de Esquerda (BE), representado na Assembleia Municipal.

3. CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA OPOSIÇÃO

3.1 DIREITO À INFORMAÇÃO

Os titulares do direito de oposição com assento na Assembleia e Câmara Municipais têm sido regularmente informados, pela Presidente da Câmara Municipal sobre o andamento dos principais assuntos de interesse para o Concelho, nas sessões da Assembleia e da Câmara Municipal e sempre que solicitaram esclarecimentos por parte da Presidente e dos vereadores com pelouro, tendo-lhes sido prestada a informação diretamente e dentro dos prazos razoáveis e possíveis pelos serviços do Município.

3.2 DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

Artº5 da Lei 24/98, de 26 de maio

Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.

De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, foram convidados para uma reunião com a Presidente da Câmara, os representantes do PSD, dos IpT e do BE, em dias e horas diferentes, e facul-

tados aos representantes dos partidos políticos e grupos de cidadãos na Assembleia Municipal que compareceram às reuniões, antes da aprovação final, as propostas dos planos e orçamentos, em versão de trabalho, de forma a poder ouvir destes as sugestões de melhoria e a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas.

4. RESUMOS DAS REUNIÕES

4.1. – Independentes por Tomar (IpT)

Reunião com o Grupo dos Independentes por Tomar, salão nobre às 17H30, do dia 11/10/2016:

Foi distribuída uma versão de trabalho do plano plurianual de investimentos.

No momento atual, ainda não é possível aferir se a proposta de orçamento para 2017 é inferior ou superior à de 2016, visto haver a necessidade de contemplar os projetos financiados por fundos comunitários.

Foi referido que se mantinha como linha prioritária a aposta na habitação social a par de projetos que visem a inclusão social de famílias carenciadas.

Foi referido ainda, que existira a abertura de novas rubricas em PPI para acomodar os investimentos previstos e já com financiamento no âmbito do Portugal 2020, nos seus diversos programas operacionais bem como nacionais, como o caso do POSEUR.

Foi dada informação que iria ser incluída uma obra, a obra de Palhavã, que não é objeto de financiamento.

Foram ainda abordadas as questões relativas ao mapa de pessoal, tendo sido prestada informação que a nível de técnicos superiores apenas estávamos a prever a abertura de concurso para um(a) arqueólogo(a), 6 assistentes técnicos e um numero maior de assistentes operacionais, bem como a abertura de procedimento concursal para ingresso na carreira de bombeiro de 3ª ao contrário do que se tinha efetuado no passado em que o procedimento tinha sido para assistente operacional.

Solicitaram os IpT nova reunião quando houvesse uma versão mais definitiva do PPI e orçamento

4.2. – Partido Social Democrata (PSD)

Reunião com o Partido Social Democrata, no Gabinete da presidente, às 19H00, do dia 13/10/2016:

Foi distribuída uma versão de trabalho do plano plurianual de investimentos.

No momento atual, ainda não é possível aferir se a proposta de orçamento para 2017 é inferior ou superior à de 2016, visto haver a necessidade de contemplar os projetos financiados por fundos comunitários.

Foi referido que se mantinha como linha prioritária a aposta na habitação social a par de projetos que visem a inclusão social de famílias carenciadas.

Foi referido ainda, que existira a abertura de novas rubricas em PPI para acomodar os investimentos previstos e já com financiamento no âmbito do Portugal 2020, nos seus diversos programas operacionais bem como nacionais, como o caso do POSEUR.

Foi dada informação que iria ser incluída uma obra, a obra de Palhavã, que não é objeto de financiamento.

Foram colocadas as seguintes questões, em síntese:

- a. Irá haver aumento de transferências de capital para as juntas de freguesia? Sim, nos contratos de execução um aumento de 10% e iremos celebrar contratos administrativos com todas as freguesias, com exceção de São Pedro e Olalhas, visto em São Pedro ser uma obra da competência dos SMAS e em Olalhas a Câmara assumirá a empreitada;
- b. Irá ser realizado orçamento participativo jovem? Mantem-se no orçamento para 2017, serão feitas sessões públicas e votação
- c. Como irá ser efetuado o realojamento da comunidade cigana? O realojamento da comunidade cigana irá ser efetuado em casas pertença do município, em escolas reabilitadas para o efeito. Quanto aos centros comunitários, o primeiro que está pensado é junto à GNR, os outros estão ainda em análise, sendo que a prioridade é ser em terrenos camarários, já infraestruturados ou próximos de infraestruturas
- d. Irá ser instalado um Skate parque? Estamos a estudar a sua localização, sendo que não está descartada a hipótese numa das bolsas laterais da Várzea Grande

e. Haverá políticas de natalidade? Não estão previstos incentivos à natalidade

O PSD apresentou um documento síntese das suas abordagens e sugestões que se reproduz na íntegra:

As Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2017 serão um instrumento fundamental para a concretização de políticas de desenvolvimento social e económico que o Município de Tomar tanto carece.

As áreas apresentadas de seguida concretizam-se mediante ações que articuladamente promovem iniciativas conjuntas de agentes e instituições internas e externas ao Concelho.

Pretende-se promover um desenvolvimento comum, que só se alcançará com a mobilização e envolvimento de toda a população do Concelho de Tomar e de investidores e parceiros externos;

Neste sentido, passamos a elencar o conjunto das nossas principais preocupações sobre as mesmas e que deveriam, portanto, ser tidas em conta na elaboração das referidas GOP.

É nessa linha que consideramos nove áreas prioritárias:

1. EMPREGO INVESTIMENTO E EXPONENCIAÇÃO EMPRESARIAL
2. AÇÃO SOCIAL
3. PLANEAMENTO
4. ASSOCIATIVISMO, CULTURA E DESPORTO
5. AMBIENTE E PATRIMÓNIO
6. EDUCAÇÃO
7. TRANSPORTES
8. SAÚDE
9. JUVENTUDE
10. INTERVENÇÕES QUE CONSIDERAMOS URGENTES E IMPORTANTES

1. EMPREGO INVESTIMENTO E EXPONENCIAÇÃO EMPRESARIAL

O Concelho de Tomar tem sido um dos atingidos pela atual crise económica e financeira e, como tal, entende-se que a primeira prioridade do Executivo municipal deverá ser a manutenção e defesa dos postos de trabalho existentes nas empresas do concelho, bem como o conjunto de medidas e iniciativas que possam vir a dinamizar e a facilitar a instalação de novas unidades industriais, comerciais e de turismo. Assim sendo, entendemos que nas Grandes Opções de Plano deve prever o seguinte:

- a. Criação de um sistema de incentivos (redução de custos/taxas para a fixação, apoio logístico/dotação de infraestruturas) para atrair/multiplicar investimento privado ao nível dos diferentes sectores de atividade, criando riqueza e combatendo o desemprego: comércio, indústria, serviços, agricultura, turismo;
- b. Criação de um Polo Tecnológico, na área envolvente ao Instituto Politécnico e apoiar o mesmo na modernização e ampliação do Campus;
- c. Promoção e concretização de parcerias e protocolos entre Empresas, Associações e as várias instituições de ensino existentes no Concelho de Tomar;
- d. Transformar Tomar num concelho inteligente, no domínio das novas tecnologias, mediante a criação de uma Central Coordenadora de base dados de toda a informação dos diversos setores de atividade: planeamento, educação, habitação, infraestruturas, energia, água, saneamento, justiça, finanças, saúde, forças de segurança, Proteção Civil, turismo, acessibilidade e transportes e serviços autárquicos;
- e. Implementar nas Juntas de Freguesia terminais de acesso à população, no sentido de promover a competitividade e afirmação do Concelho no contexto nacional e internacional, mediante a agilização da informação disponível, tendo em vista o desenvolvimento integrado e sustentado, sabendo usar o poder das novas tecnologias, antecipando o futuro que queremos;
- f. Apoio aos agentes económicos locais (comércio, indústria, serviços, agricultura, turismo) mediante parcerias (IPT, Agrupamentos/Escolas, Centros de Formação, NERSANT) que lhes prestem formação para facilitar o desenvolvimento das competências (línguas, comunicação, liderança, ...) capazes de dar resposta às exigências dos cidadãos do século XXI;
- g. Potenciar as marcas “Templários”, “Comunidade Judaica” e “Caminhos de Santiago”;
- h. Reforçar o envolvimento na Rede dos Mosteiros Património da Humanidade, na Rede das Judiarias de Portugal

- 
- e na Rede das Cidades e Vilas Medievais.
- i. Adoção de políticas de incentivo à fixação de pequenos e médios empresários no Município (Agência de promoção e investimento- Tomar Dinâmico);
 - j. Realização de um estudo de mercado que aponte atividades/negócios, economicamente viáveis, para o concelho e respetiva divulgação como incentivo ao empreendedorismo;
 - k. Isenção do IMI para os empresários que se instalem no concelho de Tomar, no primeiro ano de atividade;
 - l. Criação de um diretório de toda a atividade comercial e empresarial do Município, de forma a divulgar ofertas de emprego;
 - m. Planeamento, dinamização e requalificação das zonas industriais de Santa Cita, Venda da Gaita e Pintado, criando um triângulo industrial entre as mesmas, aproveitando a ligação entre o IC 9 e A 13;
 - n. Criação de um sistema de incentivos para reabilitação urbanística e requalificação dos edifícios do Centro histórico, que potenciem a atratividade de novos residentes, e que potencie a dinamização de eventos diversificados de carácter comercial, turístico, cultural, educativo e desportivo.

2. AÇÃO SOCIAL

Tendo em consideração a grave situação económica e financeira que afeta parte da população tomarense, deverá também a Câmara desenvolver iniciativas que possam enfrentar e minorar tais como:

- a. Desenvolver iniciativas (apoio socio económico, dotação de infraestruturas habitacionais, programas de formação/educação/sensibilização, estímulo ao empreendedorismo...), através dos meios e instituições disponíveis, que permitam ultrapassar problemas relacionados com famílias desestruturadas, minorias étnicas, desemprego, comportamentos de risco;
- b. Liderança, gestão e organização dos serviços autárquicos, de modo a garantir o envolvimento dos recursos humanos, a otimização dos recursos materiais e financeiros, assente na transparência, eficiência e sustentabilidade que propiciem o bem-estar e qualidade de vida da população;
- c. Apoio ao funcionamento das IPSS's (lares, centros de dia, creches, etc).
- d. Implementar programas destinados à inserção social das famílias mais carenciadas;
- e. Reabilitação dos equipamentos destinados à habitação social e manutenção ou até redução das rendas em vigor, de acordo com os atuais rendimentos dos agregados familiares, garantindo o direito fundamental a uma habitação digna às famílias sem recursos económicos;
- f. Articulação com as juntas de freguesia para a implementação de uma rede de transporte com sede nas respetivas Juntas que possa permitir o acesso dos mais carenciados e dos incapacitados aos serviços de saúde;
- g. Elaboração de uma base de dados relativa às situações de carência do município;
- h. Criação de uma Plataforma de articulação entre todas as Associações de Solidariedade existentes no concelho, tendo todas acesso à base de dados referida no ponto anterior, de modo a otimizar a prestação de apoio articulado e/ou complementar entre todas as associações;
- i. Implementação de um Projeto "Combate à pobreza", nomeadamente na implementação de um sistema de combate ao desperdício alimentar.

3. PLANEAMENTO

Consideramos que é necessário continuar o trabalho de revisão do PDM, adequando-o às novas realidades e legislação em vigor. Neste sentido, entendemos que é necessário implementar as seguintes medidas:

- a. Elaboração de um Plano Estratégico para o concelho, que servirá de apoio à tomada de diversas decisões, nomeadamente na revisão do PDM;
- b. Revisão efetiva do Plano Diretor Municipal, intercalando com a realização de sessões públicas, pelas juntas de freguesia, no sentido de esclarecer a população sobre as alterações em curso;
- c. Levantamento e classificação de todo o património que possa ser considerado de interesse arquitetónico e diligenciar no sentido de classificar o mesmo de interesse público;
- d. Continuar o trabalho de construção e melhoramentos da rede viária do concelho de Tomar, no sentido de aproximar centros urbanos;
- e. Atualizar os Regulamentos de Construção, de forma a uniformizar as construções de acordo com as características da região onde se inserem.

4. ASSOCIATIVISMO, CULTURA E DESPORTO

- a. Atribuição de prémios e bolsas de mérito aos tomarenses que se destaquem nos resultados alcançados em vários domínios;
- b. Promover eventos que divulguem os resultados alcançados pelas atividades das associações e clubes locais (culturais, desportivas, educativas, económicas);
- c. Apoiar as Associações Culturais, Desportivas, Recreativas locais mediante a atribuição de recursos financeiros, humanos e materiais em função dos seus projetos e resultados alcançados e dos postos de trabalho criados;
- d. Proceder à construção de um novo campo de futebol 11 na cidade, aproveitando as infra estruturas já existentes, nomeadamente, o complexo desportivo do Campus do IPT e à aplicação de piso sintético nos campos de futebol da Linhaceira e Sabacheira;
- e. Dinamização de um Centro de Congressos, mediante parcerias que possibilitem a prestação de formação a nível local, nacional e internacional, na área da Educação e Cultura, assumindo Tomar um papel preponderante na educação e formação potenciadora da dinamização de eventos de carácter educativo, formativo e cultural;
- f. Concretização de parcerias com estabelecimentos de ensino e outras instituições, de modo a promover a interpretação digital do património edificado, histórico, arquitetónico e natural do Concelho, facilitando a sua divulgação e atratividade;
- g. Estabelecer parcerias propiciadoras da dinamização de eventos (Desportivos, artísticos, visitas ao património histórico, arquitetónico, e natural, feiras, festas, animação de ruas, festivais, concertos, congressos) associados identidade da cidade / Concelho, tendo em vista a sua atratividade turística numa perspetiva de desenvolvimento integrado e sustentável;
- h. Divulgação de eventos através dos meios de comunicação social, promovendo o seu papel dinamizador, o seu crescimento e reconhecimento em diversos contextos territoriais;
- i. Apostar e apoiar os eventos já existentes: Festa dos Tabuleiros, Festa Templária, Feira de Santa Iria, Círio da Sa da Piedade e Congresso da Sopa;
- j. Reativar o Festival das Estátuas Vivas,
- k. Implementar a Mostra da Doçaria Conventual;
- l. Reativar a Feira Nacional do Artesanato de Tomar;
- m. Instalação do Museu da Festa dos Tabuleiros na Casa dos Tetos;
- n. Instalação do Museu do Brinquedo nas Instalações do Convento de S. Francisco

5. AMBIENTE E PATRIMÓNIO

Continuar com todas as atividades e tarefas que visam a proteção do ambiente no concelho de Tomar, pelo que propomos:

- a. Definição de um plano de recolha de lixo, a efetuar com maior periodicidade semanal em todas as freguesias do concelho, promovendo a recolha seletiva e a triagem do lixo pelo próprio munícipe;
- b. Limpeza periódica (lavagem) das ruas e passeios pedonais da cidade de Tomar, salientando-se os espaços envolventes aos pontos de recolha de lixo e as ruas do centro histórico cujas lajes exigem limpeza frequente;
- c. Aumento da rede de Ecocentros;
- d. Utilização em todos os serviços da Câmara Municipal, de meios informáticos em substituição do papel.
- e. Recuperação do Edifício do Convento de Santa Iria e antigas instalações do Colégio Feminino e levantamento exaustivo de todo o património municipal, no sentido de fazer intervenções de obras onde se mostre mais urgente;
- f. Implementação de uma rede de ciclovias e de percursos pedonais, nomeadamente junto das margens do Rio Nabão;
- g. Promover o contacto e preservação da natureza, nomeadamente com o estabelecimento de parcerias com as escolas e associações do concelho, implementando a “Semana do Ambiente” na Mata dos Sete Montes e reativar a “regata do Rio Nabão”, através de barcos em miniatura;
- h. Avançar com a criação de praias fluviais.

6. EDUCAÇÃO

- a. Revisão da Carta Educativa;
- b. Levantamento de todos os equipamentos da rede escolar de Jardim-de-infância e Escolas Básicas do 1o ciclo e substituição imediata daqueles que se encontrem desadequados ou em más condições;
- c. Defesa da manutenção das Escolas EB1 no Município;
- d. Instalação e montagem nas escolas do ensino básico e jardins de infância painéis de aquecimento de águas sanitárias e posteriormente de painéis foto voltaicos;
- e. Dinamização de circuitos de transporte adequados e eficientes para os alunos da Educação Pré Escolar e 1o ciclo do Ensino Básico;
- f. Assegurar os transportes dos alunos de cursos profissionais do ensino básico e secundário, cujas aulas / estágios se prolongam para além do período letivo do ensino regular;
- g. Efetuar, atempadamente, os pagamentos exigidos às direções dos agrupamentos e Associações de Pais, de modo a não criar constrangimentos;
- h. Disponibilização de uma Plataforma digital de ligação aos dois agrupamentos de escolas, de modo a ter e manter, permanentemente, atualizada uma base de dados relativa aos equipamentos, transportes, número de alunos, características dos respetivos agregados familiares, subsídios, resultados escolares e outros que otimizem os serviços de Educação autárquica, agilizando a circulação da informação e o apoio subsequente.

7. TRANSPORTES

- a. Aumento das paragens de autocarros com abrigo nas diversas freguesias do concelho de Tomar;
- b. Defesa do ramal de Tomar, com investimento municipal a acordar com as entidades gestoras da linha.
- c. Desenvolver esforços no sentido de otimizar e diversificar a tipologia dos comboios que param na Estação de Fátima, enquanto plataforma ferroviária da Linha do Norte, que está situada na Freguesia de Sabacheira, concelho de Tomar, melhorando a sua acessibilidade e a sua funcionalidade como interface com o transporte rodoviário.

8. SAÚDE

- a. Interceder, junto da administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, no sentido de manter e recuperar os serviços do Hospital de Nossa senhora da Graça – Tomar, assegurando os cuidados de saúde que a população necessita e, simultaneamente, não descurando a situação dos colaboradores dos diversos serviços, que veem os seus postos de trabalho ameaçados, tendo presente os efeitos que a sua saída de Tomar terão na economia local;
- b. Diligenciar, junto do ACES, Agrupamento dos Centros de saúde do Médio Tejo, Centro de Saúde de Tomar, no sentido de:
- c. Manter todas as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados do concelho;
- d. Atribuir um maior número de médicos de família de modo a reduzir o tempo de espera para consulta;
- e. Diversificar os serviços médicos prestados, de modo a otimizar os cuidados de saúde prestados.

9. JUVENTUDE

Acreditamos que está na altura de os jovens assumirem um papel determinante na definição de um novo paradigma para o século XXI, contribuindo para a renovação de Tomar, da região e do País.

O reconhecimento e a valorização da participação dos jovens na sociedade civil assumem particular importância no contexto atual de sérias dificuldades económicas e financeiras, acrescido de uma recente instabilidade social que agrava o bem-estar e a sã convivência entre as pessoas e as instituições.

Assim, o PSD e em particular a JSD, na defesa intransigente dos interesses dos jovens, reforçam o conjunto de propostas já apresentadas em Conselho Municipal da Juventude, para o fortalecimento da dinâmica da juventude de Tomar:

- a. Dinamização e divulgação do Conselho Municipal da Juventude;
- b. Empreendedorismo Jovem: reforço do valor desta rubrica no orçamento para 2017;
- c. Bolsas de Estudo para o Ensino Superior: reforço do valor desta rubrica no orçamento para 2017;
- d. Remodelação do Skate Parque, com base no projeto já aprovado em reunião do executivo camarário;

- e. Apoio a eventos promovidos e dinamizados pelos jovens e estruturas juvenis;
- f. Implementação de uma solução para a abertura e divulgação dos monumentos e museus envolvendo os jovens;
- g. Programa Jovem Autarca;
- h. Criação de uma política de habitação jovem de forma a atribuir incentivos para a aquisição da 1ª habitação;
- i. Primeiro Municipal de mérito para estudantes do Concelho;
- j. Incubadora de Empresas e espaços de co-working;
- k. Promover e apoiar a utilização de espaços comerciais devolutos no centro histórico dirigido a jovens;
- l. Recuperação das habitações propriedade da CMT no centro histórico de forma a estas serem colocadas à disposição dos jovens com valores de renda controlados;
- m. Criação da Casa da Juventude;
- n. Recuperação e manutenção dos restantes Parques Infantis do concelho;
- o. Criação de uma nova zona desportiva.

10. INTERVENÇÕES QUE CONSIDERAMOS URGENTES E IMPORTANTES

- a. Construção da ciclovia da Estrada do Prado;
- b. Apoio urgente na promoção/divulgação do Instituto Politécnico em órgãos de comunicação nacionais, nomeadamente na criação de uma campanha publicitária que divulgue a cidade e o Instituto Politécnico;
- c. Conclusão do processo da iluminação pública no Concelho;
- d. Criação de um parque para autocarros de turismo;
- e. Requalificação da Várzea Grande;
- f. Promoção dos produtos locais da Região;
- g. Renovação das máquinas e equipamentos do Município;
- h. Reforçar Tomar na rota portuguesa “Caminhos de Santiago”, criando condições no sentido de albergar o maior número de peregrinos.

Foram ainda abordadas as questões relativas ao mapa de pessoal, tendo sido prestada informação que a nível de técnicos superiores apenas estávamos a prever a abertura de concurso para um(a) arqueólogo(a), 6 assistentes técnicos e um numero maior de assistentes operacionais, bem como a abertura de procedimento concursal para ingresso na carreira de bombeiro de 3ª ao contrário do que se tinha efetuado no passado em que o procedimento tinha sido para assistente operacional

4.3 Bloco de Esquerda (BE)

Reunião com o Grupo do Bloco de Esquerda, no gabinete da senhora presidente, às 18H00, do dia 17/10/2016:

Foi distribuída uma versão de trabalho do plano plurianual de investimentos.

No momento atual, ainda não é possível aferir se a proposta de orçamento para 2017 é inferior ou superior à de 2016, visto haver a necessidade de contemplar os projetos financiados por fundos comunitários.

Foi referido que se mantinha como linha prioritária a aposta na habitação social a par de projetos que visem a inclusão social de famílias carenciadas.

Foi referido ainda, que existira a abertura de novas rubricas em PPI para acomodar os investimentos previstos e já com financiamento no âmbito do Portugal 2020, nos seus diversos programas operacionais bem como nacionais, como o caso do POSEUR.

Foi dada informação que iria ser incluída uma obra, a obra de Palhavã, que não é objeto de financiamento.

Foram ainda abordadas as questões relativas ao mapa de pessoal, tendo sido prestada informação que a nível de técnicos superiores apenas estávamos a prever a abertura de concurso para um(a) arqueólogo(a), 6 assistentes técnicos e um numero maior de assistentes operacionais, bem como a abertura de procedimento concursal para ingresso na carreira de bombeiro de 3ª ao contrário do que se tinha efetuado no passado em que o procedimento tinha sido para assistente operacional.



Foram colocadas questões referentes ao parque de campismo, à intervenção programada para o Aqueduto dos Pegões, bem como do que se pretendia quando se afirmava a necessidade de uma gestão partilhada do Convento de Cristo

5. INCORPORAÇÃO DAS SUGESTÕES APRESENTADAS

Dado que a generalidade das sugestões não tinham consequências objetivas nas Grandes Opções do Plano, a seguir se informa daquelas que foram aceites e consideradas para a gestão de 2016:

- Propostas pelo Bloco de Esquerda, as constantes das alíneas b), f), g), j) e l) do nº5 do resumo da reunião com eles havida;
- Propostas pelos Independentes por Tomar, não tendo havido sugestões, nada há a considerar;
- Propostas pelo Partido Social Democrata, as constantes das alíneas a), b), c), h) e j) do nº7 do resumo da reunião com eles havida, uma vez que já estão previstas de concretização em 2016 e a constante da alínea f) do nº7, decidida de incorporar, por alteração às GOP iniciais apresentadas.



PARTE III

GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N.º	Ação				2017				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
01				Funções gerais																		
01 001				Instalações municipais																		
01 001	2005/1			Conservação de edifícios - 01/001/01/01	0102 07010301	A	100		07	01/2005	12/2020		70 000	70 000		200 000	200 000	200 000		670 000		
01 001	2015/1			Reabilitação do Palácio Alvim - 01/001/01/12	0102 07010301	A	100		07	01/2015	12/2018		1 000	1 000		100 000				101 000		
01 001	2015/2			Reabilitação do edifício da Nabância - 01/001/01/13	0102 07010301	A	100		07	01/2015	12/2018		5 000	5 000		45 000				50 000		
01 001	2015/3			Eficiência energética-ERSE - 01/001/01/14	0102 07010301	O	15	85	07	01/2015	12/2018		250 000	250 000		100 000				350 000		
01 001	2017/1			Reabilitação do edifício Vieira Guimarães	0102 07010301	E	100		07	01/2017	12/2018	0	15 000	15 000		5 000				20 000		
01 001	2017/19			Reabilitação do Convento de S. Francisco	0102 07010301	E	15	85	07	01/2017	12/2018	0	150 000	150 000		450 000				600 000		
01 001	2017/21			Habilitar espaços à instalação e arranque de Startups	0102 07010307	A	100		07	01/2017	12/2017		5 000	5 000						5 000		
Totais do Programa 001:													496 000	496 000		900 000	200 000	200 000		1 796 000		
01 002				Outros edifícios - Administração Autárquica																		
01 002	2009/1			Intervenção em edifícios de particulares - 01/001/02/02	0102 07010307	A	100		07	01/2009	12/2020		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000		12 000		
01 002	2015/5			Reabilitação e beneficiação da Sinagoga e envolvente - 01/001/02/05	0102 07010307	E	15	85	07	01/2015	12/2017		200 000	200 000						200 000		
01 002	2015/6			Centro de valorização do conhecimento - 01/001/02/06	0102 07010307	O	100		07	01/2015	12/2017		1 000	1 000						1 000		
Totais do Programa 002:													204 000	204 000		3 000	3 000	3 000		213 000		
01 003				Aquisição de imóveis - Administração Autárquica																		
01 003	2014/2			Aquisição de imóveis - 01/001/03/01	0102 07010307	O	100		08	01/2014	12/2017		82 000	82 000						82 000		
Totais do Programa 003:													82 000	82 000						82 000		
01 004				Maquinaria e equipamento - Administração Autárquica																		
01 004	2009/2			Equipamento diversos serviços - 01/001/04/01	0102 070109	O	100		08	01/2009	12/2020		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000		20 000		
01 004	2009/3			Equipamento informático diversos serviços - 01/001/04/04	0102 070107	O	100		04	01/2009	12/2020		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000		80 000		
01 004	2009/4			Software informático diversos serviços - 01/001/04/05	0102 070108	O	100		04	01/2009	12/2020		200 000	200 000		50 000	50 000	50 000		350 000		
01 004	2009/5			Reparação e aquisição equipamento diversos serviços - 01/001/04/06	0102 07011002	O	100		08	01/2009	12/2020		30 000	30 000		25 000	25 000	25 000		105 000		
01 004	2009/6			Sistema de vídeo vigilância e segurança - 01/001/04/08	0102 070115	O	100		04	01/2009	12/2017		5 000	5 000						5 000		
01 004	2017/16			Gestão de relacionamento com o municípe - SAMA	0102 070108	O	15	85	04	01/2017	12/2017		100 000	100 000						100 000		
Totais do Programa 004:													360 000	360 000		100 000	100 000	100 000		660 000		

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
01				Funções gerais																		
01 005				Equipamento de transporte - Administração Autárquica																		
01	005	2009/7		Reparação e aquisição de viaturas diversos serviços - 01/001/05/02	0102 07010602	O		100		07	01/2009	12/2020		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	10 000		
Totais do Programa 005:														2 500	2 500		2 500	2 500	2 500		10 000	
01 006				Proteção Civil/Bombeiros Municipais																		
01	006	2009/8		Reparação e aquisição maquinaria e equipamento(Bombeiros)-01/002/06/03	0102 07011002	O		100		12	01/2009	12/2020		50 000	50 000		50 000	50 000	50 000	200 000		
01	006	2015/7		Aquisição de ambulâncias - 01/002/06/05	0102 07011002	O		100		12	01/2015	12/2017		56 000	56 000					56 000		
01	006	2015/8		Reab. Quartel de Bombeiros/Casa da Proteção Civil - 01/002/06/06	0102 07010301	E		15	85	07	01/2015	12/2018		330 000	330 000					330 000		
01	006	2017/4		Aquisição de uma viatura TT Florestal	0102 07011002	O		15	85	12	01/2017	12/2017	0	230 000	230 000					230 000		
01	006	2017/5		Aquisição de uma viatura VC Incêndio	0102 07011002	O		15	85	12	01/2017	12/2017	0	210 000	210 000					210 000		
Totais do Programa 006:														876 000	876 000		50 000	50 000	50 000		1 026 000	
Totais do Objetivo 01:														0	2 020 500	2 020 500	0	1 055 500	355 500	355 500	0	3 787 000
02				Funções sociais																		
02 009				Construção de edifícios - Educação																		
02	009	2006/1		Construção de centros escolares - 02/001/09/02	0102 07010305	E		15	85	07	01/2006	12/2018	3	500 000	500 000		500 000			1 000 000		
02	009	2016/2		Eficiência energética em edifícios escolares	0102 07010305	E		15	85	07	01/2016	12/2018	0	10 000	1 000	9 000	28 000			38 000		
Totais do Programa 009:														510 000	501 000	9 000	528 000				1 038 000	
02 010				Educação pré - escolar maquinaria e equipamento																		
02	010	2009/9		Equipamento e mobiliário (pré-escolar) - 02/001/10/01	0102 07011002	O		100		08	01/2009	12/2020		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	4 000		
02	010	2009/10		Const., recup. e conserv. de edifícios (pré-escolar) - 02/001/10/02	0102 07010305	A		100		07	01/2009	12/2020		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	4 000		
Totais do Programa 010:														2 000	2 000		2 000	2 000	2 000		8 000	
02 011				Ensino básico - instalações																		
02	011	2009/11		Const. recup. conservação edifícios (ensino básico) - 02/001/11/01	0102 07010305	A		100		07	01/2009	12/2020	3	15 000	15 000		5 000	5 000	5 000	30 000		
02	011	2009/12		Equipamento e mobiliário (ensino básico) - 02/001/11/03	0102 07011002	O		100		08	01/2009	12/2020		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	8 000		
Totais do Programa 011:														17 000	17 000		7 000	7 000	7 000		38 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes			
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	
02				Funções sociais																	
02 012				Ensino ações diversas																	
02	012	2009/5001		Prog. desenv. expansão rede escolar - 02/001/5001/01	0102 040701	O	100			13	01/2009	12/2020		280 000	280 000		280 000	280 000	280 000	1 120 000	
02	012	2009/5002		Prog. generalização forn. refeições EB - 02/001/5001/04	0102 040701	O	36	64		13	01/2009	12/2020		200 000	200 000		200 000	200 000	200 000	800 000	
Totais do Programa 012:														480 000	480 000		480 000	480 000	480 000		1 920 000
02 013				Ensino subsídios																	
02	013	2009/5003		Subsídios a alunos carenciados - 02/001/5002/02	0102 040701	O	100			13	01/2009	12/2020		33 000	33 000		33 000	33 000	33 000	132 000	
Totais do Programa 013:														33 000	33 000		33 000	33 000	33 000		132 000
02 015				Habituação const. e recuperação - Ação Social																	
02	015	2009/13		Proj. p/ construção de habitação social - 02/003/15/01	0102 07010203	O	15	85	07		01/2009	12/2018	1	100 000	100 000		60 000			160 000	
02	015	2009/14		Beneficiação habitações sociais do Município - 02/003/15/03	0102 07010203	A	15	85	07		01/2009	12/2019		100 000	100 000		250 000	200 000		550 000	
02	015	2015/9		Reabilitação de escolas para habitação social - 02/003/15/05	0102 07010203	A	15	85	07		01/2015	12/2018		150 000	150 000		200 000			350 000	
02	015	2016/3		Realojamento de famílias em novas tipologias	0102 07010307	E	15	85	07		01/2016	12/2020	0	250 000	250 000		350 000	300 000	300 000	1 200 000	
02	015	2017/6		Reabilitação de imóveis do Município - Pé da Costa e Gil Avô e Sr.ª dos Anjos	0102 07010203	E	15	85	07		01/2017	12/2018	0	250 000	250 000		50 000			300 000	
Totais do Programa 015:														850 000	850 000		910 000	500 000	300 000		2 560 000
02 016				Ação social - apoios diversos																	
02	016	2010/5001		Bolsas de estudo - ensino superior - 02/003/5003/02	0102 040802	O	100			13	01/2010	12/2020		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	120 000	
02	016	2015/10		Interv. edifícios habitados por famílias carenciadas - 02/003/5003/04	0102 07010307	O	100			07	01/2015	12/2019		10 000	10 000		40 000			50 000	
02	016	2015/5002		Apoio ao ATL - frequência ATL - 02/003/5003/05	0102 040701	O	100			13	01/2015	12/2020		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	40 000	
02	016	2016/5001		Apoio ao arrendamento	0102 040802	O	15	85	13		01/2016	12/2020	0	30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	120 000	
02	016	2016/5002		Plano de ação integrado para comunidades desfavorecidas	0102 020220	O	15	85	13		01/2016	12/2020	0	35 000	35 000		35 000	35 000	35 000	140 000	
Totais do Programa 016:														115 000	115 000		145 000	105 000	105 000		470 000
02 017				Ord. território/proj. e planeamento - Serviços cole																	
02	017	2004/1		Revisão do plano diretor municipal - 02/004/17/04	0102 070115	O	100			10	01/2004	12/2017	4	50 000	50 000					50 000	
02	017	2004/2		Elaboração, execução e revisão de planos pormenor - 02/004/17/05	0102 07010401	O	100			10	01/2004	12/2018	2	210 000	210 000		50 000			260 000	
02	017	2015/11		Operações de requalificação urbana - 02/004/17/16	0102 07010413	O	100			10	01/2015	12/2018		10 000	10 000		5 000			15 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)											
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017				Anos seguintes														
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)												
02				Funções sociais																													
02 017				Ord. território/proj. e planeamento - Serviços cole																													
02	017	2015/12		Area de reabilitação urbana - espaço rural - 02/004/17/17	0102 07010413	O		100		10	01/2015	12/2018			1 000	1 000			5 000			6 000											
02	017	2015/13		Requalificação da Várzea Grande e envolvente - 02/004/17/18	0102 07010401	E		15	85	07	01/2015	12/2018	0		1 000 000	1 000 000			200 000			1 200 000											
02	017	2017/17		Requalificação espaço público do Flecheiro	0102 07010401	E		15	85	07	01/2017	12/2018			50 000	50 000			738 000			788 000											
02	017	2017/18		Parque de estacionamento para autocaravanas - Parque de Campismo	0102 07010413	E		100		07	01/2017	12/2017			30 000	30 000						30 000											
02	017	2017/20		Requalificação do logradouro contíguo à Sinagoga	0102 07010401	E		15	85	07	01/2017	12/2018	0		90 000	90 000			210 000			300 000											
Totais do Programa 017:																																	
															1 441 000	1 441 000			1 208 000			2 649 000											
02 021				Proteção do meio ambiente																													
02	021	2009/16		Construção beneficiação de cemitérios - 02/004/21/03	0102 07010412	A		100		07	01/2009	12/2018			30 000	30 000			50 000			80 000											
02	021	2009/17		Aquisição de mobiliário urbano - 02/004/21/06	0102 07011002	O		15	85	08	01/2009	12/2017	0		10 000	10 000						10 000											
02	021	2016/9		Beneficiação do Canil Municipal	0102 07010307	E		100		07	06/2016	12/2017	0		80 000	80 000						80 000											
02	021	2017/3		Expropriação em espaço rural - ampliação de cemitérios	0102 07010412	O		100		01	01/2017	12/2017			10 000	10 000						10 000											
02	021	2017/23		Estabilização de terrenos pós incêndios	0102 07010413	O		15	85	12	01/2017	12/2017			130 000	130 000						130 000											
Totais do Programa 021:																																	
															260 000	260 000			50 000			310 000											
02 022				Proteção do meio ambiente/esp. verdes																													
02	022	2004/3		Sistema de rega de aspersão - 02/004/22/02	0102 07011002	O		100		12	01/2004	12/2017			20 000	20 000						20 000											
02	022	2009/18		Rep. aquisição de equipamento (espaços verdes) - 02/004/22/01	0102 07011002	O		100		12	01/2009	12/2020			29 000	29 000			20 000	20 000	20 000	89 000											
02	022	2015/14		Horto municipal - 02/004/22/03	0102 07011002	O		100		03	01/2015	12/2017			20 000	20 000						20 000											
02	022	2015/15		Hortas comunitárias - 02/004/22/04	0102 07011002	O		100		03	01/2015	12/2017			35 000	35 000						35 000											
Totais do Programa 022:																																	
															104 000	104 000			20 000	20 000	20 000	164 000											
02 023				Proteção do meio ambiente/p. natural																													
02	023	2015/16		Req. da Mata Nacional dos Sete Montes - 02/004/23/01	0102 07010405	O		100		07	01/2015	12/2017			1 000	1 000						1 000											
Totais do Programa 023:																																	
															1 000	1 000						1 000											
02 024				Cultura/Museu/Cine Teatro																													
02	024	2005/2		Equipamento para Museus - 02/005/24/05	0102 07011002	O		100		11	01/2005	12/2018			15 000	15 000			15 000			30 000											
02	024	2010/1		Aquisição de equipamento(Cultura) - 02/005/24/01	0102 07011002	O		100		11	01/2010	12/2020			50 000	50 000			20 000	20 000	20 000	110 000											

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
02 Funções sociais																						
02 024 Cultura/Museu/Cine Teatro																						
02	024	2015/5005		Coleções visitáveis - 02/005/24/08	0102 020225	O	100			11	01/2015	12/2019		6 000	6 000		6 000	6 000			18 000	
Totais do Programa 024:														71 000	71 000		41 000	26 000	20 000		158 000	
02 025 Cultura/Biblioteca Municipal																						
02	025	2009/19		Aquisição de equipamento (Biblioteca) - 02/005/25/03	0102 07011002	O	100			13	01/2009	12/2020		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000		12 000	
02	025	2015/17		Conservação da Biblioteca Municipal - 02/005/25/04	0102 07010301	A	100			07	01/2015	12/2017		65 000	65 000						65 000	
02	025	2017/7		Eficiência energética - biblioteca	0102 07010301	O	15	85		07	01/2017	12/2017		15 000	15 000						15 000	
Totais do Programa 025:														83 000	83 000		3 000	3 000	3 000		92 000	
02 026 Desporto recreio e lazer																						
02	026	2003/1		Ampliação/remodelação do Pavilhão Municipal - 02/005/26/04	0102 07010302	E	10	90		07	01/2003	12/2017	4	912 000	912 000						912 000	
02	026	2004/4		Requalificação da zona do estádio e envolvente - 02/005/26/15	0102 07010406	E	10	90		07	01/2004	12/2017	4	10 000	10 000						10 000	
02	026	2009/20		Equipamento para instalações desportivas - 02/005/26/03	0102 07011002	O	100			14	01/2009	12/2020		80 000	80 000		30 000	30 000	30 000		170 000	
02	026	2009/21		Conservação e remodelação de instalações desportivas - 02/005/26/21	0102 07010406	A	100			14	01/2009	12/2020		110 000	110 000		100 000	100 000	100 000		410 000	
Totais do Programa 026:														1 112 000	1 112 000		130 000	130 000	130 000		1 502 000	
02 027 Cultura outras ações																						
02	027	2009/22		Prog. integr. valoriz. urbana (const. Museu Levada) - 02/005/5005/10	0102 07010307	E	20	80		01	01/2009	12/2017		30 000	30 000						30 000	
02	027	2009/5004		Edições e publicações municipais - 02/005/5005/05	0102 020225	O	100			11	01/2009	12/2019		10 000	10 000		10 000	10 000			30 000	
02	027	2014/3		Proj. musealização do Complexo da Levada - 02/005/5005/18	0102 07011002	O	15	85		11	01/2014	12/2020		300 000	300 000		300 000	300 000	300 000		1 200 000	
02	027	2014/5001		Candidatura Festa dos Tabuleiros - património imaterial - 02/005/5005/07	0102 020225	O	100			11	01/2014	12/2019		5 000	5 000		10 000	10 000			25 000	
02	027	2014/5003		Centro Interpretação da Festa dos Tabuleiros - 02/005/5005/19	0102 07010307	A	15	85		07	01/2017	12/2018		60 000	10 000	50 000	60 000				120 000	
02	027	2016/4		Intervenção do aqueduto Pegões	0102 07010413	E	15	85		07	01/2016	12/2018	0	400 000	400 000		50 000				450 000	
02	027	2017/26		Forúm Romano	0102 07010413	E	15	85		11	01/2017	12/2018		400 000	400 000		250 000				650 000	
02	027	2017/5005		Valorização das ruínas Pavilhão Municipal	0102 020220	O	100			12	01/2017	12/2017	0	25 000	25 000						25 000	
Totais do Programa 027:														1 230 000	1 180 000	50 000	680 000	320 000	300 000		2 530 000	
Totais do Objetivo 02:														0	6 309 000	6 250 000	59 000	4 237 000	1 626 000	1 400 000	0	13 572 000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	2017 Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	
03 Funções económicas																					
03 029 Iluminação pública																					
03	029	2009/23		Infra estruturas para distribuição energia - 03/002/29/01	0102 07010410	O	100		07	01/2009	12/2020			50 000	50 000		50 000	50 000	50 000		200 000
03	029	2017/8		Eficiência energética em iluminação pública	0102 07010410	O	30	70	07	01/2017	12/2017	0		10 000	10 000						10 000
03	029	2017/22		Áreas de localização empresariais	0102 07010413	O	100		01	01/2017	12/2020	0		501 000	1 000	500 000	500 000	500 000	500 000		2 001 000
Totais do Programa 029:														561 000	61 000	500 000	550 000	550 000	550 000		2 211 000
03 031 Transp. rodov. /const. rede viária																					
03	031	2000/1		Conservação diversa da rede viária municipal - 03/003/31/11	0102 07010408	O	100		07	01/2000	12/2020	3		500 000	500 000		500 000	500 000	500 000		2 000 000
03	031	2004/5		Arruamentos, passeios e out.(arranjos urbanísticos) - 03/003/31/14	0102 07010401	E	100		07	01/2004	12/2019	2		50 000	50 000		50 000	50 000			150 000
03	031	2009/24		Aquisição de terrenos e expropriações(rede viária) - 03/003/31/13	0102 07010408	O	100		09	01/2009	12/2017			10 000	10 000						10 000
03	031	2015/18		Tomar Ciclável - 03/003/31/15	0102 07010401	O	100		07	01/2015	12/2018			140 000	140 000		20 000				160 000
03	031	2016/5		Requalificação da Praceta Raul Lopes	0102 07010401	E	100		07	01/2016	12/2018	0		100 000	100 000		50 000				150 000
03	031	2017/9		Passeio de peões até à FAI	0102 07010401	O	100		07	01/2017	12/2017	0		30 000	30 000						30 000
03	031	2017/10		Requalificação da Avª Nuno Álvares Pereira	0102 07010401	E	100		07	01/2017	12/2018	0		80 000	80 000		428 000				508 000
03	031	2017/11		Requalificação do largo de Cem Soldos	0102 07010401	E	100		07	01/2017	12/2017	0		80 000	80 000						80 000
03	031	2017/12		Estrada do Alqueidão	0102 07010408	E	100		07	01/2017	12/2017	0		80 000	80 000						80 000
03	031	2017/13		Requalificação do largo de Curvaceiras	0102 07010401	E	100		07	01/2017	12/2017	0		12 500	12 500						12 500
03	031	2017/25		Reabilitação de Palhavã	0102 07010401	E	100		07	01/2017	12/2018			300 000	300 000		300 000				600 000
Totais do Programa 031:														1 382 500	1 382 500		1 348 000	550 000	500 000		3 780 500
03 034 Transp. rod./const. pontes e pontões																					
03	034	2003/2		Reabilitação de pontes e pontões - 03/003/34/07	0102 07010401	E	100		07	01/2003	12/2019	3		5 000	5 000		5 000	5 000			15 000
03	034	2014/4		Ponte do Prado - 03/003/34/08	0102 07010401	E	100		07	01/2014	12/2018			35 000	15 000	20 000	200 000				235 000
03	034	2014/5		Ponte do Carril - 03/003/34/09	0102 07010401	E	100		07	01/2014	12/2017			175 000	175 000						175 000
Totais do Programa 034:														215 000	195 000	20 000	205 000	5 000		425 000	
03 035 Transp. rod. reconstr.const. muros																					
03	035	2003/3		Reconst. const. muros de suporte - 03/003/35/01	0102 07010408	E	100		07	01/2003	12/2019	4		1 000	1 000		1 000	1 000			3 000
Totais do Programa 035:														1 000	1 000		1 000	1 000		3 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N.º	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017				Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
03 Funções económicas																							
03 036 Transp. rod./const. parques de estacionamento																							
03	036	2004/6		Exec. const. rep. parques de estacionamento - 03/003/36/01	0102 07010413	A	100			07	01/2004	12/2018		65 000	65 000		50 000					115 000	
03	036	2013/1		Parque de estacionamento 1 - Praça da República - imob. - 03/003/36/02	0102 07010413	O	100			08	01/2013	09/2027		55 688	55 688		222 750	250 594	334 125	3 591 843		4 455 000	
03	036	2017/15		Equipamento para parques de estacionamento	0102 07010413	O	100			07	01/2017	12/2017		50 000	50 000							50 000	
03	036	2017/5004		Parque de estacionamento 1 - Praça da República - custos financeiros	0102 030502	O	100			08	01/2017	09/2027		27 438	27 438		109 750	123 469	164 625	1 769 718		2 195 000	
														Totais do Programa 036:		198 126	198 126	382 500	374 063	498 750	5 361 561	6 815 000	
03 037 Transp. rod./sinalização e trânsito																							
03	037	2004/7		Sinalização viária sinalética semaforização - 03/003/37/01	0102 07010409	O	100			07	01/2004	12/2020	3	80 000	80 000		60 000	60 000	60 000			260 000	
														Totais do Programa 037:		80 000	80 000	60 000	60 000	60 000		260 000	
03 038 Mercados e Feiras																							
03	038	2009/25		Mercado Municipal - 03/004/38/01	0102 07010303	A	100			07	01/2009	12/2017		50 000	50 000							50 000	
03	038	2009/26		Equipamento p/mercado e feiras - 03/004/38/03	0102 07011002	O	100			03	01/2009	12/2018		40 000	40 000		10 000					50 000	
03	038	2014/6		Requalificação da área envolvente ao Mercado - 03/004/38/05	0102 07010401	A	15	85		07	01/2014	12/2018		100 000	100 000		100 000					200 000	
03	038	2015/5009		Feira de Santa Iria - 03/004/38/06	0102 020225	O	100			03	01/2015	12/2017		180 000	180 000							180 000	
03	038	2017/5003		Estudo para implementação do Parque de Feiras	0102 020214	O	100			03	01/2017	12/2017		20 000	20 000							20 000	
														Totais do Programa 038:		390 000	390 000	110 000				500 000	
03 039 Turismo																							
03	039	2015/19		Reab. esc. fins turísticos - albergue caminhos Santiago - 03/004/39/01	0102 07010307	O	100			07	01/2015	12/2017		30 000	30 000							30 000	
03	039	2015/20		Praias fluviais - 03/004/39/03	0102 07010405	O	100			07	01/2015	12/2017		50 000	50 000							50 000	
03	039	2015/22		Sinalética turística - 03/004/39/05	0102 07010409	O	15	85		11	01/2015	12/2019		100 000	100 000		30 000	30 000				160 000	
03	039	2015/5010		Mostras gastronómicas e eventos - 03/004/39/02	0102 020225	O	100			11	01/2015	12/2020		140 000	140 000		140 000	140 000	140 000			560 000	
03	039	2017/5001		Lugares de Património da Humanidade	0102 020225	O	15	85		11	01/2017	12/2017	0	300 000	300 000							300 000	
03	039	2017/5002		Produtos turísticos integrados	0102 020225	O	15	85		11	01/2017	12/2017	0	100 000	100 000							100 000	
														Totais do Programa 039:		720 000	720 000	170 000	170 000	140 000		1 200 000	
03 040 Outras funções económicas																							
03	040	2014/5004		Empreendedorismo jovem - 03/005/01/01	0102 080102	O	100			02	01/2014	12/2017		10 000	10 000							10 000	
03	040	2014/5005		Apoio ao microcrédito - 03/005/01/02	0102 080102	O	100			02	01/2014	12/2017		10 000	10 000							10 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)													
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017		Anos seguintes																		
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)														
03				Funções económicas																															
03 040				Outras funções económicas																															
03 040	2015/23			Orçamento participativo - 03/005/01/03	0102 07010413	O		100		14	01/2015	12/2017		95 000	95 000							95 000													
03 040	2015/5011			Provedor Municipal - 03/005/01/04	0102 020225	O		100		01	01/2015	12/2017		1 000	1 000							1 000													
03 040	2016/7			Orçamento participativo Jovem	0102 07010413	O		100		01	01/2016	12/2017		5 000	5 000							5 000													
03 040	2017/14			Ecovia da Pedreira	0102 07010401	E		100		07	01/2017	12/2017	0	120 000	120 000							120 000													
Totais do Programa 040:																																			
Totais do Objetivo 03:														0	3 788 626	3 268 626	520 000	2 826 500	1 710 063	1 748 750	5 361 561	15 435 500													
04				Outras funções																															
04 041				Administração Autárquica - transferências entre admi																															
04 041	2013/5001			Transferências correntes para Freguesias - 04/002/001/01	0102 04050102	O		100		01	01/2013	12/2017		70 000	70 000								70 000												
04 041	2013/5002			Transferências capital - Participação parcerias Freguesias - 04/002/001/02	0102 08050102	O		100		01	01/2013	12/2017		540 000	540 000								540 000												
04 041	2014/5006			Transferências capital - Acordos de execução com Freguesias - 04/002/001/04	0102 08050102	O		100		01	01/2014	12/2017		638 000	638 000								638 000												
04 041	2014/5007			Transferências para os SMAS - 04/002/001/05	0102 04050103	O		100		01	01/2014	12/2017		1 000	1 000								1 000												
Totais do Programa 041:																																			
04 042				Transferências diversas																															
04 042	2009/5005			Subsídios e outros apoios cor. às coletividades - 04/003/5006/04	0102 040701	O		100		01	01/2009	12/2017		638 000	638 000								638 000												
04 042	2009/5006			Transf. projetos de âmbito intermunicipais - 04/003/5006/05	0102 08050104	O		100		01	01/2009	12/2017		110 000	110 000								110 000												
04 042	2009/5007			Transf. correntes projetos de âmbito intermunicipal - 04/003/5006/08	0102 04050104	O		100		01	01/2009	12/2017		260 000	260 000								260 000												
04 042	2015/5012			Fundo de apoio municipal - FAM - 04/003/5006/13	0102 090806	O		100		01	01/2015	12/2021		146 126	146 126		146 126	146 126	146 126	292 250			876 754												
04 042	2015/5013			Apoio a eventos de juventude - 04/003/5006/14	0102 040701	O		100		13	01/2015	12/2017		5 000	5 000								5 000												
Totais do Programa 042:																																			
04 043				Locação financeira																															
04 043	2015/24			Contratos de locação financeira																															
04 043	2015/24	1		Material de transporte	0102 070205	O		100		08	01/2015	12/2020		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000				4 000												
04 043	2015/24	2		Material de informática	0102 070206	O		100		08	01/2015	12/2020		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000				4 000												
04 043	2015/24	3		Maquinaria e equipamento	0102 070207	O		100		08	01/2015	12/2021		10 500	10 500		11 000	11 000	11 000	3 500			47 000												

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)		Outros (h)
04														Outras funções								
04 043														Locação financeira								
04	043	2015/24	4	Outros investimentos	0102 070209	O	100		08	01/2015	12/2022		36 000	36 000		36 000	36 000	40 000	81 000	229 000		
Totais do Programa 043:														48 500	48 500		49 000	49 000	53 000	84 500	284 000	
Totais do Objetivo 04:														0	2 456 626	2 456 626	0	195 126	195 126	199 126	376 750	3 422 754
Total Geral:														0	14 574 752	13 995 752	579 000	8 314 126	3 886 689	3 703 376	5 738 311	36 217 254

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

PARTE IV

ORÇAMENTO DA RECEITA

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	3 400 000
010203	Imposto único de circulação	900 000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	715 000
010205	Derrama	249 000
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	100
01020702	Imposto municipal de sisa	100
01020703	Imposto municipal sobre veículos	
01020799	Outros impostos abolidos	
010299	Impostos directos diversos	
	Total do Capítulo 01:	5 264 200
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.locais	
02020601	Mercados e feiras	110 000
02020602	Loteamentos e obras	255 000
02020603	Ocupação da via pública	160 000
02020604	Canídeos	
02020605	Publicidade	2 000
02020606	Saneamento	
02020607	Utilização da rede viária municipal	
02020608	Arrendamento Urbano	
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	2 000
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1 000
0202069999	Outros	26 000
	Total do Capítulo 02:	556 000
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	165 000
04012302	Loteamentos e obras	365 000
04012303	Ocupação da via pública	35 000
04012304	Canídeos	
04012305	Caça, uso e porte de arma	1 000
04012306	Saneamento	
04012307	Arrendamento urbano	
04012399	Outras	

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	5 000
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	
0401239999	Outras	7 000
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	2 000
040202	Juros compensatórios	5 000
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	5 000
040299	Multas e penalidades diversas	
04029902	Outras	15 000
Total do Capítulo 04:		605 000
05	Rendimentos da propriedade	
0501	Juros-Sociedades e quase-socied.não financeiras	
050101	Públicas	
050102	Privadas	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	15 000
050202	Companhias de seguros e fundos de pensões	15 000
0503	Juros-Administrações Públicas	
050301	Administração central-Estado	
050302	Administração central-Serviços e fundos autónomos	
050303	Administração regional	
050304	Administração local-Continente	10 000
050305	Administração local-Regiões autónomas	
0505	Juros-Famílias	
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050701	Empresas públicas	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
050703	Empresas privadas	
050799	Outras	
0508	Dividend.particip.lucros de sociedades financ.	
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050901	Associações de municípios	
050902	Associações de freguesias	
050903	Serviços municipalizados	
050999	Outras	
0510	Rendas	
051001	Terrenos	10 000
051002	Activos no subsolo	
051003	Habitações	
051004	Edifícios	
051005	Bens de domínio público	

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
051099	Outros	4 500 000
0511	Activos incorpóreos	
	Total do Capítulo 05:	4 550 000
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010101	Empresas públicas	
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
06010199	Outras	
060102	Privadas	
0602	Sociedades financeiras	
060201	Bancos e outras instituições financeiras	200 000
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	200 000
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	6 755 251
06030102	Fundo Social Municipal	773 316
06030103	Participação fixa no IRS	1 368 443
06030104	Fundo de Financiamento das Freguesias	
06030105	Duodécimo de Janeiro	
0603010501	Fundo Geral Municipal	
0603010502	Fundo de Coesão Municipal	
0603010503	Fundo de Base Municipal	
06030199	Outras	3 504 391
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030605	Mais Centro	5 000
06030606	Portugal 2020	350 000
06030699	Outras	5 000
060307	Serviços e fundos autónomos	10 000
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	
0604	Administração regional	
060401	Região Autónoma dos Açores	
060402	Região Autónoma da Madeira	
0605	Administração local	
060501	Continente	
060502	Região Autónoma dos Açores	
060503	Região Autónoma da Madeira	
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	20 000
060604	Outras transferências	30 000
0607	Instituições sem fins lucrativos	



Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
060701	Instituições sem fins lucrativos	
0608	Famílias	
060801	Famílias	
0609	Resto do mundo	
060901	União Europeia-Instituições	
060904	União Europeia-Países membros	
060905	Países terceiros e organizações internacionais	
Total do Capítulo 06:		13 221 401
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070101	Material de escritório	
070102	Livros e documentação técnica	
070103	Publicações e impressos	20 000
070104	Fardamentos e artigos pessoais	
070105	Bens inutilizados	30 000
070106	Produtos agrícolas e pecuários	
070107	Produtos alimentares e bebidas	
070108	Mercadorias	
070109	Matérias de consumo	
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	30 000
070111	Produtos acabados e intermédios	
070199	Outros	400 000
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	300 000
070203	Vistorias e ensaios	100 000
070204	Serviços de laboratório	
070205	Actividades de saúde	
070206	Reparações	
070207	Alimentação e alojamento	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	15 000
07020802	Serviços recreativos	100 000
07020803	Serviços culturais	200 000
07020804	Serviços desportivos	500 000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	
07020902	Resíduos sólidos	1 000
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	600 000
07020905	Cemitérios	350 000
07020906	Mercados e feiras	25 000

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
07020907	Parques de estacionamento	600 000
07020908	Parques de campismo	100 000
07020999	Outros	1 750 000
070299	Outros	
07029902	Encargos de cobrança de receitas	
07029999	Outros	
0703	Rendas	
070301	Habitacões	150 000
070302	Edifícios	600 000
070399	Outras	50 000
	Total do Capítulo 07:	5 921 000
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	50 000
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100 000
08019903	IVA reembolsado	75 000
08019904	IVA Inversão da liquidação	
08019999	Diversas	450 000
	Total do Capítulo 08:	675 000
	Total das Receitas Correntes:	30 792 601

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	5 000
090102	Sociedades financeiras	
090103	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
090104	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
090105	Admin.Pública-Admin.regional	
090106	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
090107	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
090108	Admin.Pública-Segurança social	
090109	Instituições sem fins lucrativos	
090110	Famílias	
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
090202	Sociedades financeiras	
090203	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
090204	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
090205	Admin.Pública-Admin.regional	
090206	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
090207	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
090208	Admin.Pública-Segurança social	
090209	Instituições sem fins lucrativos	
090210	Famílias	
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
090302	Sociedades financeiras	
090303	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
090304	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
090305	Admin.Pública-Admin.regional	
090306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
090307	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
090308	Admin.Pública-Segurança social	
090309	Instituições sem fins lucrativos	
090310	Famílias	
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	20 000
09040102	Maquinaria e equipamento	20 000
09040103	Outros	10 000
090402	Sociedades financeiras	
09040201	Equipamento de transporte	
09040202	Maquinaria e equipamento	

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
09040203	Outros	
090403	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
09040301	Equipamento de transporte	
09040302	Maquinaria e equipamento	
09040303	Outros	
090404	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
09040401	Equipamento de transporte	
09040402	Maquinaria e equipamento	
09040403	Outros	
090405	Admin.Pública-Admin.regional	
09040501	Equipamento de transporte	
09040502	Maquinaria e equipamento	
09040503	Outros	
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
09040601	Equipamento de transporte	
09040602	Maquinaria e equipamento	
09040603	Outros	
090407	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
09040701	Equipamento de transporte	
09040702	Maquinaria e equipamento	
09040703	Outros	
090408	Administração Pública-Segurança social	
09040801	Equipamento de transporte	
09040802	Maquinaria e equipamento	
09040803	Outros	
090409	Instituições sem fins lucrativos	
09040901	Equipamento de transporte	
09040902	Maquinaria e equipamento	
09040903	Outros	
090410	Famílias	
09041001	Equipamento de transporte	
09041002	Maquinaria e equipamento	
09041003	Outros	
090411	Resto do Mundo-União Europeia	
09041101	Equipamento de transporte	
09041102	Maquinaria e equipamento	
09041103	Outros	
090412	Resto Mundo-Países terceiros e organiz.internac.	
09041201	Equipamento de transporte	
09041202	Maquinaria e equipamento	

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
09041203	Outros	
Total do Capítulo 09:		55 000
10	Transferências de capital	
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100101	Públicas	
10010101	Empresas públicas	
10010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
10010199	Outras	
100102	Privadas	
1002	Sociedades financeiras	
100201	Bancos e outras instituições financeiras	
100202	Companhias de seguros e fundos de pensões	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	750 583
10030102	Fundo de Coesão Municipal	
10030103	Fundo de Base Municipal	
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	
10030105	Duodécimo de Janeiro	
1003010501	Fundo Geral Municipal	
1003010502	Fundo de Coesão Municipal	
1003010503	Fundo de Base Municipal	
10030199	Outras	
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030708	Mais Centro	10 000
10030709	Portugal 2020	4 570 000
10030799	Outros	10 000
100308	Serviços e fundos autónomos	
1004	Administração regional	
100401	Região Autónoma dos Açores	
100402	Região Autónoma da Madeira	
1005	Administração local	
100501	Continente	
100502	Região Autónoma dos Açores	
100503	Região Autónoma da Madeira	
1006	Segurança Social	
100601	Sistema de solidariedade e segurança social	
100605	Outras transferências	
1007	Instituições sem fins lucrativos	
100701	Instituições sem fins lucrativos	
1008	Famílias	

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
100801	Famílias	
1009	Resto do mundo	
100901	União Europeia-Instituições	
100903	União Europeia-Países membros	
100904	Países terceiros e organizações internacionais	
Total do Capítulo 10:		5 340 583
11	Activos financeiros	
1102	Títulos a curto prazo	
110201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
110202	Sociedades financeiras	
110203	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
110204	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
110205	Admin.Pública-Admin.regional	
110206	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
110207	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
1103	Títulos a médio e longo prazos	
110301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
110302	Sociedades financeiras	
110303	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
110304	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
110305	Admin.Pública-Admin.regional	
110306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
110307	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
1104	Derivados financeiros	
1105	Empréstimos a curto prazo	
110506	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
110507	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
11050701	Região Autónoma dos Açores	
11050702	Região Autónoma da Madeira	
1106	Empréstimos a médio e longo prazos	
110601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
110606	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
110607	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
11060701	Região Autónoma dos Açores	
11060702	Região Autónoma da Madeira	
110610	Famílias	
1108	Acções e outras participações	
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
110802	Sociedades financeiras	
110803	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
110804	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
110805	Admin.Pública-Admin.regional	
110806	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
110807	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
1109	Unidades de participação	
110901	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
110902	Sociedades financeiras	
110903	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
110904	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
110905	Admin.Pública-Admin.regional	
110906	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
110907	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
1110	Alienação de partes sociais de empresas	
1111	Outros activos financeiros	
111101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
111102	Sociedades financeiras	
111103	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
111104	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
111105	Admin.Pública-Admin.regional	
111106	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
111107	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
Total do Capítulo 11:		0
12	Passivos financeiros	
1203	Títulos a médio e longo prazos	
120302	Sociedades financeiras	
1205	Empréstimos a curto prazo	
120502	Sociedades financeiras	
120504	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
120604	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
1207	Outros passivos financeiros	
120701	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
120702	Sociedades financeiras	
120703	Admin.Pública-Admin.central-Estado	
120704	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	
120705	Admin.Pública-Admin.regional	
120706	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
120707	Admin.Pública-Admin.local-Regiões autónomas	
Total do Capítulo 12:		0

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	15 000
130102	Activos incorpóreos	10 000
130199	Outras	150 000
	Total do Capítulo 13:	175 000
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	15 000
	Total do Capítulo 15:	15 000
16	Saldo da gerência anterior	
1601	Saldo orçamental	
160101	Na posse do serviço	
160103	Na posse do serviço-Consignado	
	Total do Capítulo 16:	0
17	Operações extra-orçamentais	
1701	Operações de tesouraria-Receitas do Estado	
1702	Outras operações de tesouraria	
	Total do Capítulo 17:	0
	Total das Receitas de Capital:	5 585 583
	Total das Receitas:	36 378 184

PARTE V

ORÇAMENTO DA DESPESA

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2017

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Município	22 382 432,00	13 995 752,00	36 378 184,00
0101		Assembleia Municipal	47 500,00	0,00	47 500,00
0101		DESPESAS CORRENTES	47 500,00	0,00	47 500,00
0101	01	Despesas com o pessoal	26 500,00	0,00	26 500,00
0101	0102	Abonos variáveis ou eventuais	26 500,00	0,00	26 500,00
0101	010204	Ajudas de custo	1 500,00	0,00	1 500,00
0101	010213	Outros suplementos e prémios	25 000,00	0,00	25 000,00
0101	01021302	Outros	25 000,00	0,00	25 000,00
0101	02	Aquisição de bens e serviços	21 000,00	0,00	21 000,00
0101	0201	Aquisição de bens	200,00	0,00	200,00
0101	020108	Material de escritório	100,00	0,00	100,00
0101	020121	Outros bens	100,00	0,00	100,00
0101	0202	Aquisição de serviços	20 800,00	0,00	20 800,00
0101	020209	Comunicações	500,00	0,00	500,00
0101	020211	Representação dos serviços	100,00	0,00	100,00
0101	020217	Publicidade	20 000,00	0,00	20 000,00
0101	020225	Outros serviços	200,00	0,00	200,00
0102		Câmara Municipal	22 334 932,00	13 995 752,00	36 330 684,00
0102		DESPESAS CORRENTES	20 438 232,00	2 406 438,00	22 844 670,00
0102	01	Despesas com o pessoal	11 773 770,00	0,00	11 773 770,00
0102	0101	Remunerações certas e permanentes	7 249 000,00	0,00	7 249 000,00
0102	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	130 000,00	0,00	130 000,00
0102	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4 650 000,00	0,00	4 650 000,00
0102	01010401	Pessoal em funções	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00
0102	01010402	Alterações Obrig. Posicionamento Remuneratório	300 000,00	0,00	300 000,00
0102	01010404	Recrutamento Pessoal P. Novos Postos de Trabalho	50 000,00	0,00	50 000,00
0102	010106	Pessoal contratado a termo	50 000,00	0,00	50 000,00
0102	01010601	Pessoal em funções	50 000,00	0,00	50 000,00
0102	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20 000,00	0,00	20 000,00
0102	010108	Pessoal aguardando aposentação	20 000,00	0,00	20 000,00
0102	010109	Pessoal em qualquer outra situação	700 000,00	0,00	700 000,00
0102	010111	Representação	40 000,00	0,00	40 000,00
0102	010113	Subsidio de refeição	615 000,00	0,00	615 000,00
0102	01011301	Pessoal dos quadros	475 000,00	0,00	475 000,00
0102	01011302	Pessoal em qualquer outra situação	135 000,00	0,00	135 000,00
0102	01011303	Membros dos órgãos autárquicos	4 000,00	0,00	4 000,00
0102	01011305	Pessoal Contratado a Termo	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal	884 000,00	0,00	884 000,00
0102	01011401	Pessoal dos quadros	760 000,00	0,00	760 000,00
0102	01011402	Pessoal em qualquer outra situação	120 000,00	0,00	120 000,00
0102	01011404	Pessoal contratado a termo	4 000,00	0,00	4 000,00
0102	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	140 000,00	0,00	140 000,00

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	0102	Abonos variáveis ou eventuais	309 000,00	0,00	309 000,00
0102	010202	Horas extraordinárias	40 000,00	0,00	40 000,00
0102	010204	Ajudas de custo	15 000,00	0,00	15 000,00
0102	010205	Abono para falhas	15 000,00	0,00	15 000,00
0102	010210	Subsídio de trabalho nocturno	5 000,00	0,00	5 000,00
0102	010211	Subsídio de turno	80 000,00	0,00	80 000,00
0102	010212	Indemnizações por cessação de funções	10 000,00	0,00	10 000,00
0102	010213	Outros suplementos e prémios	24 000,00	0,00	24 000,00
0102	01021302	Outros	24 000,00	0,00	24 000,00
0102	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	120 000,00	0,00	120 000,00
0102	0103	Segurança social	4 215 770,00	0,00	4 215 770,00
0102	010301	Encargos com a saúde	150 770,00	0,00	150 770,00
0102	010302	Outros encargos com a saúde	50 000,00	0,00	50 000,00
0102	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	60 000,00	0,00	60 000,00
0102	010304	Outras prestações familiares	5 000,00	0,00	5 000,00
0102	010305	Contribuições para a segurança social	3 760 000,00	0,00	3 760 000,00
0102	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2 300 000,00	0,00	2 300 000,00
0102	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	1 460 000,00	0,00	1 460 000,00
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1 100 000,00	0,00	1 100 000,00
0102	0103050202	Regime Geral	360 000,00	0,00	360 000,00
0102	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	30 000,00	0,00	30 000,00
0102	010309	Seguros	160 000,00	0,00	160 000,00
0102	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	160 000,00	0,00	160 000,00
0102	02	Aquisição de bens e serviços	7 839 100,00	822 000,00	8 661 100,00
0102	0201	Aquisição de bens	1 704 000,00	0,00	1 704 000,00
0102	020102	Combustíveis e lubrificantes	880 000,00	0,00	880 000,00
0102	02010201	Gasolina	50 000,00	0,00	50 000,00
0102	02010202	Gasóleo	505 000,00	0,00	505 000,00
0102	02010299	Outros	325 000,00	0,00	325 000,00
0102	020104	Limpeza e higiene	65 000,00	0,00	65 000,00
0102	020107	Vestuário e artigos pessoais	170 000,00	0,00	170 000,00
0102	020108	Material de escritório	40 000,00	0,00	40 000,00
0102	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	40 000,00	0,00	40 000,00
0102	020111	Material de consumo clínico	90 000,00	0,00	90 000,00
0102	020112	Material de transporte-Peças	60 000,00	0,00	60 000,00
0102	020114	Outro material-Peças	60 000,00	0,00	60 000,00
0102	020115	Prémios, condecorações e ofertas	15 000,00	0,00	15 000,00
0102	020117	Ferramentas e utensílios	12 000,00	0,00	12 000,00
0102	020118	Livros e documentação técnica	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	020120	Material de educação, cultura e recreio	30 000,00	0,00	30 000,00
0102	020121	Outros bens	240 000,00	0,00	240 000,00

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	0202	Aquisição de serviços	6 135 100,00	822 000,00	6 957 100,00
0102	020201	Encargos das instalações	1 250 000,00	0,00	1 250 000,00
0102	020202	Limpeza e higiene	150 000,00	0,00	150 000,00
0102	020203	Conservação de bens	215 000,00	0,00	215 000,00
0102	020204	Locação de edifícios	95 000,00	0,00	95 000,00
0102	020209	Comunicações	110 000,00	0,00	110 000,00
0102	020210	Transportes	1 200 000,00	0,00	1 200 000,00
0102	020211	Representação dos serviços	100,00	0,00	100,00
0102	020212	Seguros	100 000,00	0,00	100 000,00
0102	020213	Deslocações e estadas	10 000,00	0,00	10 000,00
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	330 000,00	20 000,00	350 000,00
0102	020215	Formação	30 000,00	0,00	30 000,00
0102	020216	Seminários, exposições e similares	5 000,00	0,00	5 000,00
0102	020217	Publicidade	100 000,00	0,00	100 000,00
0102	020218	Vigilância e segurança	300 000,00	0,00	300 000,00
0102	020219	Assistência técnica	40 000,00	0,00	40 000,00
0102	020220	Outros trabalhos especializados	800 000,00	60 000,00	860 000,00
0102	020222	Serviços de saúde	30 000,00	0,00	30 000,00
0102	020224	Encargos de cobrança de receitas	170 000,00	0,00	170 000,00
0102	020225	Outros serviços	1 200 000,00	742 000,00	1 942 000,00
0102	03	Juros e outros encargos	581 062,00	27 438,00	608 500,00
0102	0301	Juros da dívida pública	81 500,00	0,00	81 500,00
0102	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	81 500,00	0,00	81 500,00
0102	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	81 500,00	0,00	81 500,00
0102	0303	Juros de locação financeira	5 000,00	0,00	5 000,00
0102	030305	Material de transporte	500,00	0,00	500,00
0102	030306	Material de informática	500,00	0,00	500,00
0102	030307	Maquinaria e equipamento	1 500,00	0,00	1 500,00
0102	030308	Outros investimentos	2 500,00	0,00	2 500,00
0102	0305	Outros juros	490 562,00	27 438,00	518 000,00
0102	030502	Outros	490 562,00	27 438,00	518 000,00
0102	0306	Outros encargos financeiros	4 000,00	0,00	4 000,00
0102	030601	Outros encargos financeiros	4 000,00	0,00	4 000,00
0102	04	Transferências correntes	0,00	1 557 000,00	1 557 000,00
0102	0405	Administração local	0,00	331 000,00	331 000,00
0102	040501	Continente	0,00	331 000,00	331 000,00
0102	04050102	Freguesias	0,00	70 000,00	70 000,00
0102	04050103	Serviços autónomos da administração local	0,00	1 000,00	1 000,00
0102	04050104	Associações de municípios	0,00	260 000,00	260 000,00
0102	0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	1 166 000,00	1 166 000,00
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	1 166 000,00	1 166 000,00
0102	0408	Famílias	0,00	60 000,00	60 000,00

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	040802	Outras	0,00	60 000,00	60 000,00
0102	05	Subsídios	200,00	0,00	200,00
0102	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	200,00	0,00	200,00
0102	050101	Públicas	200,00	0,00	200,00
0102	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00	0,00	100,00
0102	05010102	Outras	100,00	0,00	100,00
0102	06	Outras despesas correntes	244 100,00	0,00	244 100,00
0102	0602	Diversas	244 100,00	0,00	244 100,00
0102	060202	Activos incorpóreos	14 000,00	0,00	14 000,00
0102	060203	Outras	230 100,00	0,00	230 100,00
0102	06020301	Outras restituições	90 000,00	0,00	90 000,00
0102	06020302	IVA pago	100,00	0,00	100,00
0102	06020304	Serviços bancários	10 000,00	0,00	10 000,00
0102	06020305	Outras	130 000,00	0,00	130 000,00
0102		DESPESAS DE CAPITAL	1 896 700,00	11 589 314,00	13 486 014,00
0102	07	Aquisição de bens de capital	0,00	10 135 188,00	10 135 188,00
0102	0701	Investimentos	0,00	10 086 688,00	10 086 688,00
0102	070102	Habitações	0,00	600 000,00	600 000,00
0102	07010203	Reparação e beneficiação	0,00	600 000,00	600 000,00
0102	070103	Edifícios	0,00	3 081 000,00	3 081 000,00
0102	07010301	Instalações de serviços	0,00	901 000,00	901 000,00
0102	07010302	Instalações desportivas e recreativas	0,00	912 000,00	912 000,00
0102	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	0,00	50 000,00	50 000,00
0102	07010305	Escolas	0,00	517 000,00	517 000,00
0102	07010307	Outros	0,00	701 000,00	701 000,00
0102	070104	Construções diversas	0,00	4 842 188,00	4 842 188,00
0102	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	2 557 500,00	2 557 500,00
0102	07010405	Parques e jardins	0,00	51 000,00	51 000,00
0102	07010406	Instalações desportivas e recreativas	0,00	120 000,00	120 000,00
0102	07010408	Viação rural	0,00	591 000,00	591 000,00
0102	07010409	Sinalização e trânsito	0,00	180 000,00	180 000,00
0102	07010410	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	60 000,00	60 000,00
0102	07010412	Cemitérios	0,00	40 000,00	40 000,00
0102	07010413	Outros	0,00	1 242 688,00	1 242 688,00
0102	070106	Material de transporte	0,00	2 500,00	2 500,00
0102	07010602	Outro	0,00	2 500,00	2 500,00
0102	070107	Equipamento de informática	0,00	20 000,00	20 000,00
0102	070108	Software informático	0,00	300 000,00	300 000,00
0102	070109	Equipamento administrativo	0,00	5 000,00	5 000,00
0102	070110	Equipamento básico	0,00	1 181 000,00	1 181 000,00
0102	07011002	Outro	0,00	1 181 000,00	1 181 000,00
0102	070115	Outros investimentos	0,00	55 000,00	55 000,00

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	0702	Locação financeira	0,00	48 500,00	48 500,00
0102	070205	Material de transporte	0,00	1 000,00	1 000,00
0102	070206	Material de informática	0,00	1 000,00	1 000,00
0102	070207	Maquinaria e equipamento	0,00	10 500,00	10 500,00
0102	070209	Outros investimentos	0,00	36 000,00	36 000,00
0102	08	Transferências de capital	5 000,00	1 308 000,00	1 313 000,00
0102	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	20 000,00	20 000,00
0102	080102	Privadas	0,00	20 000,00	20 000,00
0102	0805	Administração local	0,00	1 288 000,00	1 288 000,00
0102	080501	Continente	0,00	1 288 000,00	1 288 000,00
0102	08050102	Freguesias	0,00	1 178 000,00	1 178 000,00
0102	08050104	Associações de municípios	0,00	110 000,00	110 000,00
0102	0807	Instituições sem fins lucrativos	5 000,00	0,00	5 000,00
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	5 000,00	0,00	5 000,00
0102	09	Activos financeiros	500,00	146 126,00	146 626,00
0102	0906	Empréstimos a médio e longo prazos	100,00	0,00	100,00
0102	090608	Admin.pública-Admin.local-Continente	100,00	0,00	100,00
0102	0907	Acções e outras participações	200,00	0,00	200,00
0102	090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00	0,00	100,00
0102	090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100,00	0,00	100,00
0102	0908	Unidades de participação	0,00	146 126,00	146 126,00
0102	090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	0,00	146 126,00	146 126,00
0102	0909	Outros activos financeiros	200,00	0,00	200,00
0102	090901	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	100,00	0,00	100,00
0102	090902	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	100,00	0,00	100,00
0102	10	Passivos financeiros	1 891 000,00	0,00	1 891 000,00
0102	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1 891 000,00	0,00	1 891 000,00
0102	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1 491 000,00	0,00	1 491 000,00
0102	100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	400 000,00	0,00	400 000,00
0102	11	Outras despesas de capital	200,00	0,00	200,00
0102	1102	Diversas	200,00	0,00	200,00
0102	110201	Restituições	100,00	0,00	100,00
0102	110299	Outras	100,00	0,00	100,00
Total geral:			22 382 432,00	13 995 752,00	36 378 184,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	30 792 601		Correntes	22 892 170	
Capital	5 585 583		Capital	13 486 014	
Total:		36 378 184	Total:		36 378 184
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		36 378 184	Total Geral:		36 378 184

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

PARTE VI

MAPA DE PESSOAL

Cargo/Carreira/Categoria	Atividade	Total de postos de trabalho Ocupados e por ocupar	Total de postos de trabalho Ocupados	Ocupados				Nº de postos de trabalho por ocupar
				Comissão de Serviço	Contrato por Tempo Indeterminado	Mobilidade Interna de Outros Organismos	Mobilidade Intercarreiras/Categorias	
Diretor de Departamento	Direção	1	1	1				
Chefe de Divisão	Direção	6	6	6				
Dirigente Intermédio 3º Grau	Direção	2	2	2				
Técnico Superior		80	75	66	8	5		
	Administração Pública	7	7	5	2			
	Animação Sócio Cultural	2	2	2				
	Apoio ao Consumidor	1	1		1			
	Área Administrativa	1	1	1				
	Arquitetura	6	6	6				
	Arquivo	1	1	1				
	Arqueologia	1						1
	Assistência e Serviço Social	4	3	3				1
	Biblioteca e Documentação	2	2	1	1			
	Comunicação e Relações Públicas	2	2	2				
	Conservação e Restauro	2	2	2				
	Contabilidade e Administração	1	1	1				
	Design	2	1	1				1
	Desporto	5	5	5				
	Economia e Gestão	6	6	5	1			
	Educação	1	1	1				
	Engenharia Ambiental	1	1	1				
	Engenharia Civil	11	11	10	1			
	Engenharia Electrotécnica	1	1	1				
	Engenharia Florestal	2	2	2				
	Engenharia Geográfica	1	1	1				

Cargo/Carreira/Categoria	Atividade	Total de postos de trabalho Ocupados e por ocupar	Total de postos de trabalho Ocupados	Ocupados				Nº de postos de trabalho por ocupar
				Comissão de Serviço	Contrato por Tempo Indeterminado	Mobilidade Interna de Outros Organismos	Mobilidade Intercarreiras/Categorias	

Técnico Superior

Engenharia Mecânica	1	1		1			
Engenharia Mecatrônica	1	1		1			
Gestão de Recursos Humanos	4	4		2		2	
Jurista	5	5		5			
Línguas e Literaturas	1	1		1			
Medicina Veterinária	2	1		1			1
Psicologia	1						1
Secretariado	1	1		1			
Segurança e Higiene no Trabalho	2	2		2			
Sociologia	1	1		1			
Turismo	1	1			1		

Cordenador Técnico

	8	8		4		4	
Área Administrativa	7	7		3		4	
Tesouraria	1	1		1			

Assistente Técnico

	82	71		61	1	9	11
Aferição de Pesos e Medidas	1	1		1			
Área Administrativa	57	50		41	1	8	7
Biblioteca e Documentação	6	6		6			
Construção Civil	4	4		4			
Desenho	4	4		4			
Desporto	1	1		1			
Nadador Salvador	3	2		1		1	1
Topografia	1	1		1			
Turismo	5	2		2			3

Cargo/Carreira/Categoria	Atividade	Total de postos de trabalho Ocupados e por ocupar	Total de postos de trabalho Ocupados	Ocupados				Nº de postos de trabalho por ocupar
				Comissão de Serviço	Contrato por Tempo Indeterminado	Mobilidade Interna de Outros Organismos	Mobilidade Intercarreiras/Categorias	
Encarregado Operacional		7	7		7			0
	de Cemitérios	1	1		1			
	de Jardineiro	1	1		1			
	de Oficinas Mecânicas	1	1		1			
	de Obras de Construção Civil	2	2		2			
	de Obras de Estradas e Arruamentos	1	1		1			
	de Parques de Máquinas	1	1		1			
Assistente Operacional		190	164		159	4		26
	Área Auxiliar	47	41		40	1		6
	Área de Bombeiro	23	23		23			
	Área de Serviços Audiovisuais	1	1		1			
	Calceteiro	3	3		3			
	Canalizador	3	3		2	1		
	Cantoneiro de Vias	20	14		14			6
	Carpinteiro	2	2		2			
	Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	10	9		8	1		1
	Coveiro	6	6		5			
	Eletricista	6	6		6			
	Eletricista Auto	2	2		2			
	Encadernador	1	1		1			
	Fiel de Mercados e Feiras	1	1		1			
	Jardineiro e Operador Sívicola	17	13		13			4
	Lubrificador	1	1		1			
	Maquinista Teatral	1	1		1			
	Mecânico	3	2		2			1
	Motorista de Ligeiros	1	1		1			

Cargo/Carreira/Categoria	Atividade	Total de postos de trabalho Ocupados e por ocupar	Total de postos de trabalho Ocupados	Ocupados				Nº de postos de trabalho por ocupar
				Comissão de Serviço	Contrato por Tempo Indeterminado	Mobilidade Interna de Outros Organismos	Mobilidade Intercarreiras/Categorias	

Assistente Operacional

	Motorista de Pesados	9	8		7	1		1
	Motorista de Transportes Coletivos	2	1		1			1
	Museografia	2	1		1			1
	Operador de Estações Elevatórias de Tratamento ou Depuradoras	3	3		3			
	Parques e Instalações	6	5		5			1
	Pedreiro	11	8		8			3
	Pintor	4	3		3			1
	Serralheiro Mecânico	2	2		2			
	Sonoplasta	2	2		2			
	Telefonista	1	1		1			

Bombeiros Municipais

		33	19		9		10	14
Chefe	Bombeiro Municipal	1	1				1	
Subchefe	Bombeiro Municipal	2	2		1		1	
Bombeiro de 1ª Classe	Bombeiro Municipal	7	7		5		2	
Bombeiro de 2ª Classe	Bombeiro Municipal	3	3				3	
Bombeiro de 3ª Classe	Bombeiro Municipal	20	6		3		3	14

Fiscal Municipal

		5	4		4			1
Especialista Principal	Fiscal Municipal	1	1		1			
Especialista	Fiscal Municipal	1	1		1			
1ª Classe	Fiscal Municipal	2	2		2			
2ª Classe	Fiscal Municipal	1						1

Cargo/Carreira/Categoria	Atividade	Total de postos de trabalho Ocupados e por ocupar	Total de postos de trabalho Ocupados	Ocupados				Nº de postos de trabalho por ocupar
				Comissão de Serviço	Contrato por Tempo Indeterminado	Mobilidade Interna de Outros Organismos	Mobilidade Intercarreiras/Categorias	
Informática		8	6		5		1	2
Coordenador		1	1				1	
Especialista de Informática Grau 1 Nível 2	Especialista de Informática	1	1		1			
Técnico de Informática Grau 2 Nível 2	Técnico de Informática	2	2		2			
Técnico de Informática Grau 1 Nível 3	Técnico de Informática	1	1		1			
Técnico de Informática Grau 1 Nível 1	Técnico de Informática	3	1		1			2
Estabelecimentos de Ensino								
Técnico Superior		1	1		1			
	Psicologia	1	1		1			
Chefe de Serviços de Administração Escolar		2	2		2			
	Chefe de Serviços de Administração Escolar	2	2		2			
Assistente Técnico		25	25		25			
	Área Administrativa	24	24		24			
	Biblioteca e Documentação	1	1		1			
Assistente Operacional		117	110		110			7
	Área de Educação	115	108		108			7
	Guarda Noturno	1	1		1			
	Manutenção	1	1		1			
	Total	567	501	9	453	5	32	66

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Diretor de Departamento (Direção intermédia de 1ª grau)	de Direção - Dirige, coordena e controla os serviços na dependência do departamento, bem como as atividades nele desenvolvidas, tendo em conta as atribuições cometidas à respetiva unidade orgânica, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e a otimização dos recursos.	Engenharia Civil
Chefe de Divisão (Direção intermédia de 2ª grau)	de Direção - Dirige, coordena e controla os serviços na dependência da divisão, bem como as atividades nela desenvolvidas, tendo em conta as atribuições cometidas à respetiva unidade orgânica, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e a otimização dos recursos.	Administração Pública / Arquitetura / Ciências Sociais / Engenharia Mecânica / Gestão de Empresas / Todas as áreas de formação com especialização em Bombeiros e Proteção Civil
Chefe de Unidade (Direção intermédia de 3ª grau)	de Direção - Coordena e controla os serviços na dependência da unidade orgânica, bem como as atividades nela desenvolvidas, tendo em conta as atribuições cometidas à respetiva unidade orgânica, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e a otimização dos recursos	Desporto/ Educação, Ação Social e Serviço Social
Técnico Superior	Administração Pública - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Administração Pública ou Autárquica
Técnico Superior	Animação Sócio Cultural - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Gestão Turística ou Cultural / Ciências Sociais
Técnico Superior	Apoio ao Consumidor - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Administração Pública / Autárquica ou Direito

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Técnico Superior	Área Administrativa - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	
Técnico Superior	Arquitetura - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; em virtude de ser detentor da qualidade de membro efetivo da respetiva ordem profissional legalmente aprovada, pode executar as tarefas e exercer as funções que sejam permitidas pelo normativo estatutário e/ou ético em vigor na mesma.	Arquitetura
Técnico Superior	Arquivo - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: estabelecer e aplicar critérios de gestão de documentos; avaliar e organizar a documentação de fundos públicos e privados com interesse administrativo, probatório e cultural; orientar a elaboração de instrumentos de descrição da documentação; apoiar o utilizador, orientando na pesquisa de registos e documentos apropriados; promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes; supervisionar o pessoal afeto à função de apoio técnico de arquivista; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Curso de especialização na área do Arquivo
Técnico Superior	Arqueologia - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços, acompanhando trabalhos de levantamento arqueológico inerentes às obras públicas e privadas, com impacto público, quando superiormente determinado.	Arqueologia
Técnico Superior	Assistência e Serviço Social - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Ciências Sociais
Técnico Superior	Biblioteca e Documentação - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços; selecionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, desenvolvendo e adotando sistemas de tratamento automático ou manual; definir procedimentos de recuperação e exploração de informação; apoiar e orientar o utilizador dos serviços; promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária; coordenar e supervisionar os recursos humanos e materiais necessários às atividades a desenvolver e proceder à avaliação dos resultados.	Curso de especialização na área de Biblioteca e Documentação

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Técnico Superior	<p>Comunicação e Relações Públicas - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	Comunicação ou Relações Públicas ou Relações Internacionais ou Publicidade
Técnico Superior	<p>Conservação e Restauro - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: colaborar no planeamento, conceção e melhoria do serviço de conservação e restauro; estudar e aplicar novos métodos e tecnologias na área de conservação e restauro; proceder ao estudo da aplicação das técnicas de reprodução de peças do património móvel ou imóvel; analisar o estado de degradação das peças, diagnosticando as suas causas e decidindo o tipo de intervenção adequada; realizar trabalhos de superior responsabilidade na área de conservação e restauro; proceder à orientação técnica de outro pessoal de conservação e restauro; cooperar na sensibilização e difusão da cooperar na sensibilização e difusão das técnicas de conservação de peças.</p>	Conservação e Restauro / Artes Decorativas
Técnico Superior	<p>Contabilidade e Administração - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	
Técnico Superior	<p>Design - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do turismo; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	Design ou Artes Gráficas ou Artes Plásticas
Técnico Superior	<p>Desporto - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	Educação Física ou Desporto

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Técnico Superior	Economia e Gestão - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Economia ou Gestão de Empresas
Técnico Superior	Educação - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Ciências da Educação ou Educação
Técnico Superior	Engenharia Ambiental - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Engenharia do Ambiente ou Ordenamento dos Recursos Naturais
Técnico Superior	Engenharia Civil - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; em virtude de ser detentor da qualidade de membro efetivo da respetiva ordem profissional legalmente aprovada, pode executar as tarefas e exercer as funções que sejam permitidas pelo normativo estatutário e/ou ético em vigor na mesma.	Engenharia Civil
Técnico Superior	Engenharia Eletrotécnica - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; em virtude de ser detentor da qualidade de membro efetivo da respetiva ordem profissional legalmente aprovada, pode executar as tarefas e exercer as funções que sejam permitidas pelo normativo estatutário e/ou ético em vigor na mesma.	Engenharia Eletrotécnica
Técnico Superior	Engenharia Florestal - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Engenharia Florestal

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Acadêmica
Técnico Superior	Engenharia Geográfica - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; em virtude de ser detentor da qualidade de membro efetivo da respetiva ordem profissional legalmente aprovada, pode executar as tarefas e exercer as funções que sejam permitidas pelo normativo estatutário e/ou ético em vigor na mesma.	Engenharia Geográfica
Técnico Superior	Engenharia Mecânica - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; em virtude de ser detentor da qualidade de membro efetivo da respetiva ordem profissional legalmente aprovada, pode executar as tarefas ou exercer as funções que se encontrem reservadas para aqueles devidamente inscritos na mesma, em observância do normativo estatutário e /ou ético em vigor.	Engenharia Mecânica
Técnico Superior	Engenharia Mecatrónica - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; em virtude de não ser detentor da qualidade de membro, efetivo ou atual, da respetiva ordem profissional, não pode executar as tarefas ou exercer as funções que se encontrem reservadas para aqueles devidamente inscritos na mesma, em observância do normativo estatutário e/ou ético em vigor.	Engenharia Mecatrónica
Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: promover as ações respeitantes à movimentação e gestão de pessoal, tendo em conta as necessidades de cada serviço; aferir a necessidade de formação profissional, promovendo as necessárias ações de formação; definir perfis, métodos e critérios de seleção no âmbito de processos de recrutamento de pessoal; assegurar o normal decurso do procedimento necessário à avaliação de desempenho; assegurar a adequação com as normas legais vigentes, dos processos de contratação e recrutamento de pessoal; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Gestão de Recursos Humanos
Técnico Superior	Jurista - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: representar e defender o município em todos os pleitos judiciais em que seja parte ou interessado; emitir pareceres sobre assuntos de interesse para o município ou sobre documentos a este dirigido; colaborar na codificação dos regulamentos e posturas municipais e na elaboração de petições dirigidas pelo município aos poderes públicos; proceder ao estudo de diplomas legais e sua repercussão na vida do município; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Direito

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Técnico Superior	<p>Línguas e Literaturas - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	Línguas e Literaturas Modernas
Técnico Superior	<p>Medicina Veterinária - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, incumbindo, genericamente: colaborar na execução das tarefas de inspeção hígio-sanitária e controlo hígio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados; emitir parecer nos termos da legislação vigente sobre as instalações e estabelecimentos referidos; notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adotar medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de caráter epizootico.</p>	Medicina Veterinária
Técnico Superior	<p>Psicologia - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: efetuar estudos e desenvolver projetos em áreas como recursos humanos, apoio social, educativo e cultural; promover a resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades.</p>	Psicologia
Técnico Superior	<p>Secretariado - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: executar atividades de comunicação, documentação e coordenação do serviço; redigir relatórios e outros textos em língua portuguesa ou estrangeira; proceder à gestão e manutenção da agenda de trabalho atualizada do respetivo superior hierárquico; tratar das providências necessárias para a marcação realização de reuniões de trabalho; classificar a documentação, organizar e atualizar o arquivo; recepciona e organiza a correspondência da unidade orgânica; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	
Técnico Superior	<p>Segurança e Higiene no Trabalho - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade na área da prevenção e proteção contra riscos profissionais; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	Higiene e Segurança no Trabalho ou Saúde Ambiental, com certificado de aptidão profissional de técnico superior de higiene e segurança no trabalho.

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Técnico Superior	<p>Sociologia - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: participar na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento social da respetiva autarquia local; desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção na coletividade; propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social; propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades e contradições criadas pelos grupos ou sistemas que influenciam ou modelam a sociedade; promover e dinamizar ações tendentes à integração e valorização dos cidadãos; realizar estudos que permitem conhecer a realidade social nas áreas da saúde, do emprego e da educação; investigar os factos e fenómenos que, pela sua natureza, pode influenciar a vivência dos cidadãos.</p>	Sociologia
Técnico Superior	<p>Turismo - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do turismo; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p>	Turismo / Gestão Turística e Cultural ou Especialização em Turismo
Assistente Técnico - Coordenador Técnico -	<p>Área Administrativa - Exerce, com relativo grau de autonomia e responsabilidade, funções de chefia técnica e administrativa de assistentes técnicos afetos a áreas administrativas e por cujos resultados é responsável; realiza atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, seguindo orientações e diretivas superiores, nomeadamente as relativas ao pessoal, contabilidade, expediente, património e aprovisionamento e outras de apoio instrumental; executa trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade.</p>	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado
Assistente Técnico - Coordenador Técnico -	<p>Tesouraria - Exerce, com relativo grau de autonomia e responsabilidade, funções de chefia técnica e administrativa dos assistentes técnicos que prestam serviço em tesourarias, por cujos resultados é responsável; realiza atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, seguindo orientações e diretivas superiores; executa trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade.</p>	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Técnico	Aferição de Pesos e Medidas - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de adequado curso do ensino secundário ou equivalente, incumbindo-lhe, nomeadamente: elaborar fichas e preparar elementos relativos a cobranças; regular e afinar instrumentos óticos de precisão mecânicos, elétricos ou óticos; enviar para reparação os instrumentos não suscetíveis de afinação, indicando as deficiências encontradas; proceder ao registo dos elementos de identificação dos aparelhos e dos resultados obtidos nos ensaios efetuados; executar tarefas de carácter organizativo e processual no âmbito da sua atividade.	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado
Assistente Técnico	Área Administrativa - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de adequado curso do ensino secundário ou equivalente, incumbindo-lhe, nomeadamente: executar tarefas de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade e processamento (pessoal, aprovisionamento e economato).	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado
Assistente Técnico	Biblioteca e Documentação - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área das bibliotecas e do serviço de documentação, incumbindo-lhe, nomeadamente: realizar tarefas, recorrendo a sistemas manuais ou automatizados, relacionadas com a aquisição, o registo, a catalogação, a cotação, o armazenamento de espécies documentais, a gestão de catálogos, os serviços de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação de acordo com métodos e procedimentos previamente estabelecidos.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área da biblioteca e documentação
Assistente Técnico	Construção Civil - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área da construção civil ou medição e orçamentação, incumbindo-lhe, nomeadamente: determinar as qualidades e custos dos materiais e de mão-de-obra necessários para a execução de uma obra; analisar as diversas componentes do projeto, as memórias descritivas e os cadernos de encargos; efetuar medições e determinar as quantidades de materiais, de mão-de-obra e de serviços necessários, utilizando os seus conhecimentos de desenho, dos materiais e dos processos e métodos de execução de obras; calcular os valores globais, utilizando tabelas de preços; organizar os orçamentos e indicar os materiais a empregar nas operações a efetuar.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área de medição orçamentista ou construção civil
Assistente Técnico	Desenho - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área do desenho, incumbindo-lhe, nomeadamente: executar e/ou compor maquetas, desenhos, mapas, cartas ou gráficos relativos à área de atividade dos serviços a partir de elementos que lhe são fornecidos e segundo normas técnicas específicas e, bem assim, executa as correspondentes artes finais; executar trabalhos de pormenorização em projetos de construção civil e arquitetura; executar desenhos cartográficos de espaços exteriores, dedicados ou não a construção civil e zonas verdes e, bem assim, de planos de enquadramento urbano-paisagístico; executar desenhos de plantas de implantação topográfica de espaços exteriores; executar a ampliação e redução de desenhos; efetuar o cálculo de dimensões, superfícies, volumes e outros fatores não especificados.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área do desenho

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Técnico	<p>Desporto - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área do desporto.</p>	<p>12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área do desporto</p>
Assistente Técnico	<p>Nadador Salvador - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente conjuntamente com curso de nadador salvador certificado.</p>	<p>12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado e curso de Nadador Salvador certificado pelo ISN</p>
Assistente Técnico	<p>Topografia - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área da topografia, incumbindo-lhe, nomeadamente: efetuar levantamentos topográficos, tendo em vista a elaboração de plantas, planos cartas e mapas que se destinam à preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins; efetuar levantamentos topográficos; determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona de superfície terrestre; regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como taqueómetros, teodólitos, níveis, estádias, telurómetros, etc.; proceder a cálculos sobre os elementos colhidos no campo; proceder à implementação no terreno de pontos de referência para determinadas construções; traçar esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas.</p>	<p>12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área da topografia</p>
Assistente Técnico	<p>Turismo - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área do turismo, incumbindo-lhe, nomeadamente: executar, a partir de instruções e orientações precisas, trabalhos de apoio técnico em ações de promoção, animação e informação turística; executar o serviço de expediente geral, tais como, a receção, expedição e arquivo de documentos; informar e dar pareceres de carácter técnico sobre matérias relacionadas como o turismo; requisitar o material turístico e cultural necessário ao bom funcionamento dos serviços; desempenhar funções de secretariado e aplicar conhecimentos de línguas estrangeiras escritas e faladas.</p>	<p>12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área do turismo</p>

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional - Encarregado Operacional -	de Cemitérios - Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, designadamente: coordena a gestão dos edifícios e equipamentos do cemitério; coordena a atividade de outros trabalhadores de campo; faz a ligação entre a administração do cemitério e o pessoal de campo; fiscaliza os trabalhos realizados no cemitério; informa os superiores hierárquicos das anomalias existentes na sua área de atuação.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional - Encarregado Operacional -	de Jardineiro - Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, nomeadamente: responsabiliza-se pela afetação dos trabalhadores que supervisiona aos diferentes trabalhos em execução, coordenando-os no exercício das suas atividades; reúne-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dá conhecimento do andamento dos trabalhos e de eventuais irregularidades, planeando com este o trabalho a efetuar e recebendo deste diretrizes que devem orientar o trabalho; procede à inventariação das faltas e entradas de serviço do pessoal, regista e calendariza os pedidos de férias, com vista a assegurar o bom funcionamento das obras em execução, participando e descrevendo acidentes de trabalho.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional - Encarregado Operacional -	de Oficinas Mecânicas - Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, nomeadamente: responsabiliza-se pela afetação dos trabalhadores que supervisiona aos diferentes trabalhos em execução, coordenando-os no exercício das suas atividades; reúne-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dá conhecimento do andamento dos trabalhos e de eventuais irregularidades, planeando com este o trabalho a efetuar e recebendo deste diretrizes que devem orientar o trabalho; procede à inventariação das faltas e entradas de serviço do pessoal, regista e calendariza os pedidos de férias, com vista a assegurar o bom funcionamento das obras em execução, participando e descrevendo acidentes de trabalho.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional - Encarregado Operacional -	de Obras de Construção Civil - Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, nomeadamente: responsabiliza-se pela afetação dos trabalhadores que supervisiona às diferentes obras de construção civil em execução, coordenando-os no exercício das suas atividades; reúne-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dá conhecimento do andamento das obras e de eventuais irregularidades, planeando com este o trabalho a efetuar e recebendo deste diretrizes que devem orientar o trabalho; desloca-se às obras que lhe estão adstritas, observando o seu andamento e providenciando a resolução de qualquer problema; procede à inventariação das faltas e entradas de serviço do pessoal, regista e calendariza os pedidos de férias, com vista a assegurar o bom funcionamento das obras em execução; participa e descreve acidentes de trabalho.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional - Encarregado Operacional -	de Obras de Estradas e Arruamentos - Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, nomeadamente: responsabiliza-se pela afetação dos trabalhadores que supervisiona às diferentes obras de estradas e arruamentos em execução, coordenando-os no exercício das suas atividades; reúne-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dá conhecimento do andamento das obras e de eventuais irregularidades, planeando com este o trabalho a efetuar e recebendo deste diretrizes que devem orientar o trabalho; desloca-se às obras que lhe estão adstritas, observando o seu andamento e providenciando a resolução de qualquer problema; procede à inventariação das faltas e entradas de serviço do pessoal, regista e calendariza os pedidos de férias, com vista a assegurar o bom funcionamento das obras em execução; participa e descreve acidentes de trabalho.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional - Encarregado Operacional -	de Parques de Máquinas - Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, designadamente: coordena a gestão do parque de máquinas e viaturas automóveis, procedendo à sua distribuição, afetação e controlo, de acordo com as necessidades dos diversos serviços municipais; supervisiona e orienta a atividade dos funcionários afetos à área dos transportes; assegura a conservação e manutenção dos diversos veículos e máquinas que integram o parque; é responsável pelo cumprimento do regulamento interno e pelos bens e equipamentos adstritos à sua área; pode assegurar a gestão corrente do pessoal, verificando as carências em recursos humanos, anotando as suas faltas.	Escolaridade obrigatória

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional	<p>Área Auxiliar - Exercer funções de natureza executiva de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas definidas, na área de atuação da respetiva unidade orgânica, executando tarefas de apoio indispensáveis ao funcionamento dos serviços, efetua a receção e entrega de expediente; podendo comportar esforço físico, nomeadamente assegurar a limpeza e manutenção das instalações; colaborar eventualmente nos trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação dos equipamentos; auxiliar e executar cargas e descargas; realizar tarefas de arrumação e distribuição, bem como outras funções não especificadas.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Área de Bombeiro - Realiza tarefas auxiliares à execução dos trabalhos específicos no âmbito da Proteção Civil e Bombeiros, nomeadamente no combate a incêndios, socorro e transporte de sinistrados e doentes; providencia pelas condições de asseio, limpeza e conservação das instalações e diversa maquinaria, incluindo viaturas; colabora eventualmente nos trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; estabelece e recebe ligações telefónicas e anota o movimento de chamadas que respeitam assuntos de serviço e transmite-as por escrito ou oralmente ; executa outras tarefas simples, não especificadas, de carácter manual e exigindo principalmente esforço físico e conhecimentos práticos.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Área de Serviços Audiovisuais - Exerce funções auxiliares de acompanhamento e apoio no domínio dos meios audiovisuais; opera com os equipamentos de som e imagens existentes nos serviços; zela pela guarda e conservação dos equipamentos afetos aos serviços; assegura o registo e reprodução de trabalhos de som e imagem realizados no âmbito dos serviços; auxilia a execução de cargas e descargas; realiza tarefas de arrumação e distribuição; executa outras tarefas simples, não especificadas, de carácter manual e exigindo principalmente esforço físico e conhecimentos práticos.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Calceteiro - Reveste e repara pavimentos, justapondo e assentando paralelepípedos, cubos ou outros sólidos de pedra, tais como calçada à portuguesa, granito, basalto, cimento e ou pedra calcária; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Canalizador - Executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais, destinados ao transporte de água ou esgotos; corta e rosca tubos e solda tubos de chumbo, plástico, ferro, fibrocimento e materiais afins; executa redes de distribuição de água e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Cantoneiro de Vias - Vigia conserva e limpa um determinado troço da estrada, comunicando aluimentos de via, executando pequenas reparações e desimpedindo acessos; limpa valetas, compõe bermas e desobstrui aquedutos, de modo a manter em boas condições o escoamento das águas pluviais; compõe pavimentos, efetuando reparações de calcetamento, apiloamento de pedra mole ou derrame de massas betuminosas; executa cortes em árvores existentes nas bermas da estrada; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.</p>	Escolaridade obrigatória

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional	Carpinteiro - Executa trabalhos em eucalipto, pinheiro, castanho, tola e câmbala, através dos moldes que lhe são apresentados; analisa o desenho que lhe é fornecido ou procede ele próprio ao esboço do mesmo, risca a madeira de acordo com as medidas; serra e topia as peças desengrossando-as, lixa e cola material, ajustando as peças numa prensa; assenta, monta e acaba os limpos nas obras, tais como portas, rodapés, janelas, caixilhos, escadas, divisórias em madeira, armações de talhados e lambris; procede a transformações das peças a partir de uma estrutura velha para uma nova e repara-as; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais - Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras, gruas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecanismos complementares das viaturas; zela pela conservação e limpeza das viaturas, verifica diariamente os níveis de óleo e água e comunica as ocorrências normais detetadas nas viaturas; pode conduzir outras viaturas ligeiras ou pesadas; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Coveiro - Procede à abertura e aterro de sepulturas, ao depósito e ao levantamento dos restos mortais; cuida do sector do cemitério que lhe está distribuído.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Eletricista - Instala, conserva e repara circuitos e aparelhagem elétrica; guia frequentemente a sua atividade por desenhos, esquemas ou outras especificações técnicas, que interpreta; cumpre com as disposições legais relativas às instalações de que trata; localiza e determina as deficiências de instalação ou de funcionamento, utilizando, se for o caso disso, aparelhos de deteção e de medida; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Eletricista Auto - Instala, conserva, repara e afina a aparelhagem e circuitos elétricos de veículos automóveis e similares; executa as tarefas fundamentais do eletricitista em geral mas requerendo conhecimentos específicos para trabalhar com as instalações elétricas de veículos automóveis; localiza e determina as deficiências de instalação e de funcionamento, procedendo às respetivas substituições ou reparações; ensaia os diversos circuitos e aparelhagens e realiza as afinações necessárias ao seu correto funcionamento; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Encadernador - Executa a atividade necessária à encadernação de livros, promovendo todas as tarefas que lhe estão associadas.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Fiel de Mercados e Feiras - Recebe, arruma e controla todos os bens de equipamento afetos aos mercados e feiras, observando o cumprimento das funções atribuídas pelos regulamentos dos mercados e feiras.	Escolaridade obrigatória

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional	<p>Jardineiro e Operador Silvícola - Executa sob orientação, atividades operativas de jardinagem, silvicultura entre as quais: Cultiva árvores ou outras plantas e semeia relvados em parques, espaços ou jardins públicos, sendo responsável por todas as operações inerentes ao normal desenvolvimento das culturas e à sua manutenção e conservação, procede à limpeza e conservação dos arruamentos e canteiros; quando existam viveiros de plantas, procede à cultura de sementes, bolbos, porta-enxertos, arbustos, árvores e flores, ao ar livre ou em estufa, para propagação, preparando os viveiros, cravando-os e compondo-os adequadamente ; procede igualmente à sementeira, plantação, transplantação, enxertia, rega, proteção contra intempéries e tratamentos fitossanitários, podendo eventualmente realizar ensaios para criar novas variedades de plantas; opera com diversos instrumentos necessários à realização das tarefas inerentes à função de jardinagem, que podem ser manuais ou mecânicos; é responsável pela limpeza, afinação e lubrificação do equipamento mecânico; procede a pequenas reparações, providenciando em caso de avarias maiores o arranjo do material; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, é responsável pela total remoção dos sobrantes dos parques, espaços, jardins ou vias públicas, em resultado da sua atividade, é ainda responsável por toda a silvicultura preventiva e trabalho saporador florestal que lhe for incumbida superiormente.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Lubrificador - Procede à lubrificação por pressão e ou gravidade dos pontos de máquinas ou equipamentos onde haja atrito, utilizando ferramentas apropriadas, óleos e massa lubrificantes com vista à conservação e normal funcionamento; estuda, de acordo com esquemas ou instruções recebidas, o processamento do trabalho a executar; prepara o material e ferramentas a utilizar; por vezes, é incumbido de fazer pequenas afinações, apertar peças com folga ou chamar a atenção do encarregado para defeitos detetados a fim de serem reparados; limpa e lava viaturas; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção dos mesmos.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Maquinista Teatral - Orienta a preparação e mudanças das cenas em representações teatrais, monta-as ou dirige a sua montagem; estuda o roteiro do espetáculo, concebe cenários e cortinas de cena; estuda o roteiro do espetáculo, concebe cenários e cortinas de cena; dá instruções ao carpinteiro de cena sobre a construção de cenários, palcos, teias e outros elementos; monta ou orienta a montagem das cenas e dá indicações para as mudanças a efetuar em cada ato.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Mecânico - Deteta as avarias mecânicas; repara, afina, monta e desmonta os órgãos de viaturas ligeiras e pesadas a gasolina ou a diesel, bem como outros equipamentos motorizados ou não; executa outros trabalhos de mecânica geral; afina, ensaia e conduz em experiência as viaturas reparadas; faz a manutenção e o controlo de máquinas e motores; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Motorista de Ligeiros - Conduz viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas, tendo em atenção a segurança dos utilizadores e dos bens; cuida da manutenção das viaturas que lhe forem distribuídas; recebe e entrega expediente ou encomendas; participa superiormente as anomalias verificadas; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização.</p>	Escolaridade obrigatória e carta de condução adequada, conforme legislação em vigor

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional	<p>Motorista de Pesados - Conduz veículos de elevada tonelagem, procede ao transporte de diversos materiais destinados ao abastecimento das obras de execução, bem como de produtos sobranes das mesmas; assegura a manutenção do veículo, cuidando da sua limpeza; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito livro de requisições, cujo original preenche e entrega no posto de abastecimento; executa pequenas reparações, tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; preenche e entrega diariamente no sector de transportes o boletim diário da viatura, mencionando o tipo de serviço, Km efetuados e combustível introduzido; colabora quando necessário nas operações de carga e descarga; conduz, eventualmente, viaturas ligeiras.</p>	Escolaridade obrigatória e carta de condução adequada, conforme legislação em vigor
Assistente Operacional	<p>Motorista de Transportes Coletivos - Conduz autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; assegura-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; por vezes colabora na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no sector de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegura o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito livro de requisições; executa pequenas reparações, tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; acompanha junto das oficinas os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no sector de transportes o boletim diário da viatura.</p>	Escolaridade obrigatória e carta de condução adequada, conforme legislação em vigor
Assistente Operacional	<p>Museografia - Efetua trabalhos auxiliares no tratamento e conservação de obras de arte e na montagem de salas de exposições; vigia peças em exposição, faz o primeiro atendimento do público e controla a sua visita; é responsável pela limpeza e boa conservação do museu.</p>	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	<p>Operador de Estações Elevatórias de Tratamento ou Depuradoras - Regula e assegura o funcionamento de uma ou mais instalações de captação, tratamento e elevação de águas limpas ou residuais, a partir de uma sala de controlo; põe em funcionamento as máquinas, tendo em atenção o objetivo da instalação, assiste e manobra os diversos aparelhos destinados a tratamento de águas limpas e residuais, como sejam doseadores de cloro, polielectrolito, cal e outros, baseando-se em determinadas especificações, vigia a sua atividade mediante indicadores apropriados, recebe instruções superiores sobre o funcionamento ou alterações a introduzir na instalação, coordena o funcionamento de todos os mecanismos, transmite a outras áreas instruções superiores e qual o tipo de manobras a executar, efetua periodicamente leituras de aparelhos de controlo e medida, nomeadamente vacuómetros, manómetros, amperímetros, medidores de caudal, nivela e regista os dados obtidos; vigia, através do sistema de telegestão, o conjunto de informações de funcionamento da rede em tempo real, automatiza o funcionamento das bombagens otimizando o consumo de energia, realiza o controlo automático dos consumos por zonas e edita os balanços de exploração; ensaia e executa testes para se certificar do perfeito estado de funcionamento do equipamento e controla as margens de segurança, detetando e corrigindo eventuais deficiências; cuida da limpeza e lubrificação dos grupos de máquinas, utilizando massas consistentes ou outros materiais adequados, e toma em atenção normas de prevenção de acidentes; colabora em pequenas reparações e na manutenção da instalação, corrigindo anomalias mecânicas e elétricas; comunica superiormente as anomalias ocorridas.</p>	Escolaridade obrigatória

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Assistente Operacional	Parques e Instalações - Incumbe genericamente vigiar e zelar pela segurança e conservação das instalações de parques e outras instalações, controlar a entrada e saída de pessoas, veículos e animais, proceder à venda de senhas para a utilização das instalações efetuar o registo de utilizadores; executa outras tarefas simples, não especificadas, de carácter manual e exigindo principalmente esforço físico e conhecimentos práticos, executando pequenas manutenções e limpezas.	Escolaridade obrigatória
Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional	Pedreiro - Aparelha pedra em grosso; executa alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, podendo também fazer o respetivo reboco; procede ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executa muros e estruturas simples, com ou sem armaduras, podendo também encarregar-se de montagem de armaduras muito simples; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Pintor - Aplica camadas de tinta, verniz ou outros produtos afins, principalmente sobre superfícies de estuque, reboco, madeira e metal, para as proteger; verifica a qualidade do trabalho produzido; cria determinados efeitos ornamentais, quando necessário; por vezes, orçamenta trabalhos, assenta e substitui vidros e forra paredes, lambris e tetos com papel pintado; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Serralheiro Mecânico - Repara e conserva vários tipos de máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, geralmente de metal, com exceção dos instrumentos de precisão e das instalações elétricas; verifica, ajusta e lubrifica periodicamente os aparelhos ou fiscaliza estes trabalhos e executa outras tarefas para manter em bom estado de funcionamento os mesmos, fazendo o registo do rendimento e das peças examinadas; por vezes solda determinadas peças e monta aparelhos; é responsável pelos equipamentos sob a sua guarda e pela correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Sonoplasta - Individualmente ou em colaboração com outros profissionais procede à montagem, instalação e operação de equipamentos destinados ao tratamento, amplificação ou gravação de sons; seleciona músicas e outros efeitos sonoros com o intuito de os introduzir em espetáculos de vária ordem (designadamente teatro, televisão, congressos, conferências) a partir da leitura de textos/planos do evento ou da participação no ensaio do mesmo; procede à localização das saídas de som e respetivos volumes e concebe o esquema a utilizar na gravação do evento.	Escolaridade obrigatória

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Assistente Operacional	Telefonista - Estabelece ligações telefónicas para o exterior e transmite aos telefones internos chamadas recebidas; presta informações, dentro do seu âmbito; regista o movimento de chamadas e anota, sempre que necessário, as mensagens que respeitam a assuntos de serviço e transmite-as por escrito ou oralmente; zela pela conservação do material à sua guarda.	Escolaridade obrigatória
------------------------	---	--------------------------

Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
------------------------------	---------------------------	--------------------

Chefe	Bombeiro Municipal - Combater os incêndios, prestar socorro às populações em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades, prestar socorro a naufragos e fazer buscas subaquáticas; exercer atividades de socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar; fazer a proteção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos; colaborar em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de proteção contra incêndios e outros sinistros; exercer atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos; participar noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.	Nos termos do regulamento de ingresso e promoção da carreira de bombeiro municipal
Subchefe		
1ª Classe		
2ª Classe		
3ª Classe		

Especialista Principal	Fiscal Municipal - Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.	12º ano de escolaridade e um curso específico a ministrar pelo CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica)
Especialista		
Principal		
1ª Classe		
2ª Classe		

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Especialista de Informática Grau 1 Nível 2	Especialista de Informática - Desempenha funções de conceção e aplicação nas seguintes áreas: gestão e arquitetura de sistemas de informação, infraestruturas tecnológicas e engenharia de software.	Informática
Especialista de Informática Grau 2 Nível 2		
Técnico de Informática Grau 1 Nível 3	Técnico de Informática - Desempenha funções numa das seguintes áreas funcionais: infraestruturas tecnológicas ou engenharia de software; supervisiona ainda os trabalhos dos técnicos de informática adjuntos, em particular no que respeita ao apoio de utilizadores, à operação de computadores e ao suporte de programação de sistemas de microinformática.	Curso Tecnológico, curso das escolas profissionais ou curso que confira certificado de qualificação de nível III em áreas de informática
Técnico de Informática Grau 1 Nível 1		
Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Técnico Superior	Psicologia (Estabelecimentos de Ensino) - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: efetuar estudos e desenvolver projetos em áreas como recursos humanos, apoio social, educativo e cultural; promover a resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; detetar as necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificar as necessidades de ocupação de tempos livres promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Psicologia
Chefe de Serviços de Administração Escolar	Chefe de Serviços de Administração Escolar - Dirigir e orientar o pessoal afeto ao serviço administrativo no exercício diário das suas tarefas; exercer todas as competências delegadas pela direção executiva; propor as medidas tendentes à modernização e eficiência e eficácia dos serviços de apoio administrativo; preparar e submeter a despacho do órgão executivo da escola ou do agrupamento de escolas todos os assuntos respeitantes ao funcionamento da escola; assegurar a elaboração do projeto de orçamento, de acordo com as linhas traçadas pela direção executiva; coordenar, de acordo com as orientações do conselho administrativo, a elaboração do relatório de conta de gerência.	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado
Assistente Técnico	Área Administrativa (Estabelecimentos de Ensino) - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de adequado curso do ensino secundário ou equivalente, incumbindo-lhe, nomeadamente: executar tarefas de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade e processamento (pessoal, aprovisionamento e economato).	12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado

Anexo ao Mapa de Pessoal - 2017

Assistente Técnico	Biblioteca e Documentação (Estabelecimentos de Ensino) - Exerce, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área das bibliotecas e do serviço de documentação, incumbindo-lhe, nomeadamente: realizar tarefas, recorrendo a sistemas manuais ou automatizados, relacionadas com a aquisição, o registo, a catalogação, a cotação, o armazenamento de espécies documentais, a gestão de catálogos, os serviços de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação de acordo com métodos e procedimentos previamente estabelecidos.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área da biblioteca e documentação
Assistente Operacional	Área de Educação (Estabelecimentos de Ensino) - Exerce tarefas de apoio à atividade docente de âmbito curricular e de enriquecimento do currículo; exerce tarefas de enquadramento e acompanhamento de crianças e jovens, nomeadamente, no âmbito da animação socioeducativa e de apoio à família; presta apoio específico a crianças e jovens portadores de deficiência; acompanha as crianças nas atividades educativas e/ou lúdicas, proporcionando-lhes ambiente adequado e controla essas atividades; vigia as crianças durante o repouso e na sala de aula; assiste a crianças nos transportes, nos recreios, nos passeios e visitas de estudo; zela pela conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático necessário ao desenvolvimento educativo.	Escolaridade obrigatória
Cargo / Carreira / Categoria	Atribuição / Competências	Formação Académica
Assistente Operacional	Guarda Noturno (Estabelecimentos de Ensino) - Protege os bens, serviços e instalações, visando prevenir a ocorrência de atos ilícitos, danos, vandalismo e sinistros, mediante vigilância.	Escolaridade obrigatória
Assistente Operacional	Manutenção (Estabelecimentos de Ensino) - Reparar e restaurar mobiliário, fechaduras, portas, janelas, estores, etc.; efetuar pequenas reparações, substituir acessórios das redes de água e esgoto, zelando pelo seu funcionamento; executar pequenas reparações na instalação elétrica e substituir acessórios; colocar vidros e efetuar pequenas reparações no edifício; zelar pela conservação das máquinas e ferramentas que utiliza; comunicar estragos ou extravios de material e equipamento e ainda necessidades de reposição de existências.	Escolaridade obrigatória

